

AVALIAÇÃO SOBRE AS CAUSAS DO NÃO
ASSOCIATIVISMO ENTRE AGRICULTORES
FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE NOVA PALMA, RS,
BRASIL

por
Adriano Lago

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural.

PPGExR

Santa Maria, RS, Brasil

2004

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**AVALIAÇÃO SOBRE AS CAUSAS DO NÃO ASSOCIATIVISMO ENTRE
AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE NOVA PALMA,
RS, BRASIL**

elaborada por

Adriano Lago

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr. Pedro de Hegedüs
(Presidente/Orientador)
Universidade da República - Uruguay

Dr. Hugo Aníbal Gonzalez Vela
(co-orientador)
Universidade Federal de Santa Maria - Brasil

Dr. Juan Jose Guevara Valdés
Universidade de Havana - Cuba

Santa Maria, 06 de abril de 2004.

*“Não é o desafio com que nos deparamos,
Que determina quem somos e o que estamos nos tornando,
Mas a maneira com que respondemos ao desafio.
Somos combatentes, idealistas, mas plenamente conscientes,
Porque o ter consciência não nos obriga a ter teoria sobre as coisas,
Só nos obriga a ser conscientes.
Problemas para vencer, liberdade para provar.
E, enquanto acreditamos em nossos sonhos, nada é por acaso”.*
(Henfil)

AGRADECIMENTOS

Com mais essa etapa vencida, algumas pessoas e/ou instituições merecem aqui nossos agradecimentos. Nomear pessoas decorre sempre no risco de magoar alguém por esquecimento, por isso, minhas desculpas se isso ocorrer.

Primeiramente, um agradecimento especial a minha família que sempre me apoiou em todos os passos desta caminhada, em especial a meu pai Geraldo Lago e a minha mãe Idalina Sari Lago, pela vossa dedicação na educação de seus filhos, vossa simplicidade de pequenos agricultores, que mesmo distante dos centros urbanos e com baixa escolaridade, nos ensinaram valores não encontrados em nenhum banco de escola ou universidade, sou muito orgulhoso pelos pais que tenho, e ao contrário de muitos filhos que procuram esconder seus pais porque não possuem curso superior, sinto-me orgulhoso de dizer que sou filho da Idalina e do Geraldo, a vocês meu muito obrigado por tudo, e só peço a Deus poder ser um pai para meus filhos como vocês são para mim.

Não poderia esquecer meus irmãos, Isabel e Aderaldo que sempre estiveram juntos nesta caminhada.

Um agradecimento muito especial a meu mestre, professor, e amigo Dr. Hugo Vela, pelos ensinamentos que sempre foram além da academia, como um verdadeiro mestre deve ser.

Lembro também do Prof. Paulo Silveira e do Prof. Pedro Neumann, os quais guiaram meus primeiros passos no mundo da ciência, a você meus agradecimentos e admiração.

Aos meus colegas de moradia estudantil e de diretório acadêmico: Elisandro, Giovani, Gilberto, Leocir, Valdecir, Leomar, Paulo, Luiz Fernando, Antonio Santi, Sandro, Adair, Silvio, Iloir.

A minha namorada Rosani, obrigado pela companhia e paciência nos dias mais nervosos da construção desta dissertação.

Ao meu orientador e amigo Uruguaio Prof. Pedro de Hegedüs, pelo seu auxílio essencial para a construção desta dissertação. Sua simplicidade e sabedoria o torna esta pessoa querida por todos. Um agradecimento a sua esposa Virginia pelas contribuições na análise dos dados estatísticos. “Muchas gracias”.

Aos colegas do NEMAD, mestres em Extensão Rural, Luciana e Gustavo.

Agradeço também ao secretário do PPGExR João Vieiro e do DEAER Ricardo, pela atenção dispensada.

Um agradecimento também a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda – CAMNPAL, na pessoa do presidente Euclides Vestena, pela confiança depositada.

Um reconhecimento também ao mestre em Extensão Rural, Mario Marin, por sua dissertação, a qual foi base de algumas etapas deste estudo.

A Universidade Federal de Santa Maria, aos professores da Pós-Graduação em Extensão Rural e a CAPES, pela oportunidade de realização deste curso.

A todos que direta ou indiretamente, de forma anônima contribuíram para a realização desta dissertação.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE REDUÇÕES	ix
LISTA DE ANEXOS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
RESUMEN	xiii
1. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	01
1.1 Introdução	01
1.2 O problema e sua importância	03
1.3 Objetivos	07
1.3.1 Objetivo geral	07
1.3.2 Objetivos específicos	07
1.4 Delimitação e caracterização do local de estudo	08
1.5 Abordagem metodológica	11
1.5.1 Q e seus antecedentes conceituais	12
1.5.2 Q no marco de uma avaliação	18
1.5.3 Passos para aplicar Q	21
1.5.4 Caracterização dos Sistemas de Produção Agrícola de Nova Palma	32
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ASSOCIATIVISMO E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DA ATUALIDADE	35
2.1 Aspectos marcantes do associativismo	35
2.2 A importância do associativismo para os agricultores familiares na atualidade	53
3. O NÃO ASSOCIATIVISMO ENTRE OS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVA PALMA: ANÁLISE DE RESULTADOS	62
3.1 Tipologia 1: Favorável ao associativismo	67
3.2 Tipologia 2: Não associativista	77
3.3 Tipologia 3: “Independente”	79
3.4 Elementos para uma estratégia de extensão.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
BIBLIOGRAFIA	87
ANEXOS	95

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Resultados das perguntas contidas na grade de classificação, por sistemas	64
QUADRO 02 - Fator A	70
QUADRO 03 - Fator C	72
QUADRO 04 - Fator E	74
QUADRO 05 - Fator B	76
QUADRO 06 - Fator G	78
QUADRO 07 - Fator H	79
QUADRO 08 - Fator D	80
QUADRO 09 - Razões para não participar e estratégias de ação por fator	82

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Estrutura teórica.....	24
FIGURA 02 - Grade de classificação Q.....	27

LISTA DE REDUÇÕES

a.C.	Antes de Cristo.
APSATs	Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica.
CAMNPAL	Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda.
CITEs	Centros de Integração e Troca de Experiências.
COREDE- Central	Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central.
EC	Estudo de Caso.
EMATER	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.
F	Feminino
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.
GTZ	Sociedade Alemã de Cooperação Técnica.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
M	Masculino.
NEMAD	Núcleo de Estudos em Meio Ambiente e Desenvolvimento.
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil.
PDRIs	Programas de Desenvolvimento Rural Integrado.
SPA	Sistema de Produção Agrícola.
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Mapa do Município de Nova Palma demonstrando a área de abrangência das diferentes Zonas Agroecológicas (Sistemas de Produção).....	97
ANEXO B - Localização geográfica da área de estudo.....	98
ANEXO C - Afirmações surgidas a partir das entrevistas a informantes qualificados, com a numeração utilizada nas tarjetas.....	99

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

**AValiação sobre as causas do não
associativismo entre agricultores familiares do
Município de Nova Palma, RS, Brasil**

AUTOR: Adriano Lago

ORIENTADOR: Pedro de Hegedüs

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 06 de abril de 2004.

Este estudo busca tecer avaliações sobre as causas do não associativismo entre agricultores familiares do município de Nova Palma, RS, Brasil. Primeiramente, apresenta-se o objeto de estudo, proporcionando maiores considerações sobre a metodologia, já que, a mesma é inovadora. Na seqüência, conduziu-se a revisão bibliográfica da temática associativismo, com ênfase em focos de cooperação na evolução da história, isso com o intuito de justificar a importância do associativismo na atualidade e desta forma, a importância deste estudo. A aplicação da metodologia possui três etapas: Trabalhou-se primeiramente com informantes qualificados a fim de construir as afirmações necessárias para a condução da metodologia; De posse das afirmações administrou-se estas, a 32 agricultores familiares de diferentes comunidades de Nova Palma, a fim de buscar a subjetividade dos mesmos; Com os resultados em mãos partiu-se para a análise, contando com o auxílio de um programa estatístico denominado PCQ. Os resultados obtidos nos conduzem a existência de 3 tipologias de agricultores: favoráveis ao associativismo; não favoráveis ao associativismo; e independentes. Baseados nestas tipologias e seus fatores, percebe-se que os agricultores estudados não se associam por: a) características das pessoas e b) características das associações. No primeiro caso, temos o individualismo, que dificulta a adaptação das pessoas a essa modalidade de trabalho. Já no segundo caso, encontramos a falta de objetivos claros nas associações, combinado com a não cooperação entre os seus membros, além da existência de conflitos entre os mesmos. Desta forma, procurou-se tecer algumas estratégias de extensão, a fim de superar estas causas do não associativismo. Em essência, as associações devem possuir objetivos claros, relacionados com o econômico, e demonstrar aos agricultores que é necessário trabalharem juntos para alcançar esses objetivos. Ainda, as associações devem interagir mais com a cooperativa e com outras entidades de apoio.

ABSTRACT

Dissertation of Mastership
Post-graduation in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

**EVALUATING REASONS FOR NO PARTICIPATION IN ASSOCIATIONS
OF FAMILY FARMERS FROM NOVA PALMA, RS, BRASIL**

Author: Adriano Lago
Advisor: Dr. Pedro de Hegeüs
Date and place: Santa Maria, April 6th., 2004.

A study was carried out to evaluate main reasons for family farmers of the Município Nova Palma, RS, Brasil, that could explain their resistance to participate in associations. The study characterizes the methodology employed, as it constitutes an innovation in itself. After that shows the importance of the associations, its historical evolution and conceptual meanings, and its current importance for small farmers. The implementation of the methodology implies three stages. In the stage one, eight people were interviewed as qualified informants, to develop the set of statements to be sorted. In the second stage, 32 family producers from different production systems of the Município Nova Palma, were interviewed and asked to rank-order opinion statements about why they do not participate in associations. In stage three the data was analyzed and interpreted using a special statistical software program called PCQ. The results show that there are three typologies of farmers: a) in favor of participating in associations, b) not in favor, and c) independents. Based upon these typologies, that involve seven factors, it can be concluded that family producers do not participate in associations mainly for two types of reasons: i) characteristics of personality, and ii) characteristics of associations. In the first case, individualism of persons emerge as an important characteristic that plays against participation. In the second case, the lack of clear objectives and cooperation among members in associations, and also the existence of conflicts inside the association, do not favor participation of farmers. Extension strategy should be based upon the visions of typology 1. Associations must establish clear objectives, related to economic aspects, and demonstrate the economical advantages of working together, if they want farmers to participate. Complementary, associations have to interact more with agrarian cooperatives and other support agencies.

RESUMEN

Disertación de Maestría
Programa de Pos-graduación en Extensión Rural
Universidad Federal de Santa Maria

**EVALUACIÓN DE LAS CAUSAS DE NO PARTICIPACIÓN EN
ASOCIACIONES DE AGRICULTORES FAMILIARES DE
NOVA PALMA, RS, BRASIL**

Autor: Adriano Lago

Orientador: Pedro de Hegedüs

Fecha y lugar de defensa: Santa María, 06 de abril de 2004

Este estudio esta dirigido a evaluar las causas de no participación en asociaciones de agricultores familiares del Municipio de Nova Palma, RS, Brasil. Primeramente se caracteriza el objeto de estudio, con especial énfasis en la metodología, ya que la misma constituye una innovación en si mismo. Posteriormente se efectuó una revisión bibliográfica sobre asociativismo, analizando el concepto y su evolución en la historia, para luego mostrar la importancia actual del tema, y, en consecuencia, del trabajo desarrollado. La implementación del trabajo tiene tres etapas. En la primera etapa ocho personas fueron entrevistadas como informantes calificados para desarrollar el conjunto de afirmaciones a ser clasificadas. En la segunda etapa, 32 agricultores familiares (pequeña muestra) de diferentes sistemas de producción del Municipio Nova Palma, fueron entrevistados para clasificar las afirmaciones, las cuales constituyen opiniones acerca de porque ellos no participan en asociaciones. En la etapa tercera la información obtenida es analizada e interpretada usando un paquete estadístico especial denominado PCQ. Los resultados indican que existen tres tipologías de agricultores: favorables al asociativismo, no favorables, e independientes. Basados en estas tipologías, que implican a 7 factores, se concluye que los agricultores familiares no participan en asociaciones debido a dos tipos de características: i) de la personalidad y ii) del funcionamiento de las asociaciones. En el primer tipo ubicamos al individualismo, que no facilita que las personas se adapten a esta modalidad de trabajo en procesos asociativos. En el segundo tipo ubicamos a la ausencia de objetivos claros en las asociaciones y de cooperación entre los miembros, y a la existencia de conflictos entre los mismos. La estrategia de extensión debe estar focalizada en la tipología 1. En esencia las asociaciones deben plantearse objetivos claros, relacionados con lo económico, y demostrar a los agricultores que trabajar juntos para alcanzar esos objetivos, permite ganar más dinero. Complementariamente las asociaciones deben interactuar más con las cooperativas, y con otras entidades de apoyo.

CAPÍTULO I

1. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

1.1 Introdução

A vida em grupo e a cooperação no sentido mais amplo, como processo e relação social, está na essência do ser humano. Esse aspecto é demonstrado pela vida em comunidades desde a pré-história, como forma de sobrevivência, através da segurança ou exploração de um território comum e a busca de necessidades básicas como alimento e moradia. Contudo, eram formas de organização primitivas, mas que nos servem até os dias de hoje como exemplo, quando analisamos os objetivos centrais, que são a melhoria da qualidade de vida.

Na atualidade, momento em que os agricultores familiares mais vêm sofrendo pressões dos grandes grupos empresariais, a montante e a jusante, ou seja, sendo caracterizados como tomadores de preços, já que, não possuem o poder de fixar o preço de venda de seus produtos, cada vez mais faz-se necessário a cooperação, objetivando aumentar a margem que permanece junto ao agricultor.

Por outro lado, estudos já realizados e até mesmo a prática do dia-a-dia nos revelam os benefícios e a importância do associativismo, principalmente no setor agrícola, especialmente na agricultura familiar, onde a competitividade individual é reduzida. É na cooperação agrícola, que muitos agricultores buscam auxílio para

superar as suas incapacidades individuais de enfrentamento do mercado globalizado. Porém, percebe-se que, apesar dos enormes benefícios do associativismo, o mesmo ainda não é uma prática comum à maioria dos agricultores familiares. Sob esse enfoque, o presente estudo busca avaliar quais são as principais causas do não associativismo, ou melhor, do baixo associativismo entre agricultores familiares do município de Nova Palma. Para isso, utilizou-se uma metodologia inovadora chamada metodologia Q, a qual integra o paradigma qualitativo com o paradigma quantitativo.

Centrar o estudo na agricultura familiar deve-se ao fato de que o município tem nela a sua base agrícola e fundiária. No entanto, esta agricultura familiar não é homogênea em suas características agroecológicas, ambientais, culturais e sócio-econômicas, sendo assim usou-se o estudo de Marin (2000), o qual caracterizou os diferentes tipos de Sistemas de Produção Agrícola daquele município (Anexo A), sendo a diferenciação de sistemas, a principal matriz de discussão para possíveis diferenças das causas do não associativismo nas diferentes regiões a serem estudadas.

Desta forma, o presente estudo consta de 3 capítulos. No capítulo I, apresenta-se o objeto de estudo, ou seja, o problema, justificativas, objetivos, o local da pesquisa, e nos detemos mais profundamente na metodologia pelo fato de ser esta inovadora e portanto, pouco conhecida.

No capítulo 2, procurou-se fazer um resgate de focos de cooperação em diferentes momentos da história da humanidade e a partir disso tentar justificar a importância do associativismo na

atualidade, principalmente para os agricultores familiares, que são o nosso foco de estudo.

Já o capítulo 3, é dedicado à apresentação dos resultados levantados a campo e analisados de acordo com a metodologia proposta. Após, apresenta-se as considerações finais.

1.2 O problema e sua importância

O município de Nova Palma/RS, não se caracteriza como um local em que a cooperação não esteja presente, ao contrário, possui um histórico de cooperação e solidariedade reconhecido e demonstrado ao longo das décadas, visto que, segundo Sponchiado (1996), existiram várias sociedades comerciais, como por exemplo: Sindicato Agrícola do Fumo, Sociedade Cooperativa do Álcool, Aguardentes e Derivados, Sociedade Cooperativa do Vinho e Derivados Nova-Palmense Ltda, Sociedade Cooperativa do Fumo e Derivados Rio Soturno Ltda, e já em 1925 a primeira Cooperativa de Comercialização de Produtos Agrícolas. Hoje, tem-se a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda – CAMNPAL, fundada em 1963, e segundo estudos de Lago (1998), apenas 19 associações, e destas 2 formais.

Para Sponchiado (1996), essas iniciativas, tiveram o mérito de introduzir um novo e coletivo modo de desenvolvimento, mas tiveram pouca duração, causada pela inviabilidade do negócio e, principalmente, por desconfiança e intrigas entre os associados, que pretendiam o lucro imediato. Isso demonstra, que a primeira tentativa

de associativismo entre os agricultores não teve grande sucesso. Mesmo assim, o comércio privado e associativo foram de extrema importância para o desenvolvimento local de Nova Palma, pois formou a base para a criação da CAMNPAL em 1963 e apoiou o agricultor na comercialização.

De tal modo, verificamos que o espírito comunitário era maior nos primeiros anos de colonização, uma vez que as dificuldades estruturais incentivavam a solidariedade e a ajuda entre os agricultores, convergindo os interesses para a eliminação destas barreiras. Na medida que, as dificuldades que impediam o desenvolvimento foram sendo sanadas o espírito coletivo foi dando lugar ao individualismo e aos interesses particulares (Pelegri, 2003).

Sendo assim, considerando-se o número total de propriedades rurais de 1244, percebe-se que o associativismo em Nova Palma, ainda é muito incipiente apesar do histórico de cooperação. Além disso, pode-se dizer que muito se perdeu em termos de cooperação ao longo dos últimos tempos, principalmente com o processo de modernização da agricultura da década de 70 que estimulou a monocultura.

Com este processo, o associativismo ficou marcado por casos de insucesso que se espalharam entre os agricultores, dando a esses a descrença nesta forma de cooperação.

Os agricultores familiares, como qualquer ser humano são carregados de motivações, fruto principalmente do acúmulo ao longo de suas vidas, as quais muitas vezes guiam a trajetória de vida e suas atitudes perante cada situação. Barros (1994), acrescenta que, temos o

nosso próprio temperamento, o nosso próprio caráter e, acima de tudo isso, os nossos próprios fatores de motivação, isto é, um sistema de forças psicológicas que nos levam a agir dessa ou daquela maneira. E a prova disso está, diariamente, diante de nossos olhos, pois em face de uma mesma “situação”, duas ou três pessoas “reagem de maneira diferente”.

Para Araujo (1982), ninguém participa aleatoriamente, são os valores e normas que demarcam o que é socialmente desejável e consentido. É a capacidade do sistema de incorporar uma quantidade de força de trabalho nas atividades propriamente capitalistas da economia, o que toca diretamente o processo de acumulação e as relações de produção existentes na sociedade. E, isso é determinante do tipo do montante de participação possível de ser realizado.

A autora segue dizendo que, é óbvio que nem todas as atividades organizadas e nem todos os grupos sociais têm a mesma importância ou o mesmo impacto no desenvolvimento social e político. Portanto, é necessário compreender as condições que determinam a participação ou a não participação de indivíduos e de grupos.

É neste sentido, que o presente estudo procurou avaliar as causas do não associativismo entre agricultores familiares daquele município, pois acredita-se que se possa encontrar muitas informações que possam orientar a condução de políticas de incentivo ao associativismo.

A pesquisa procura entender as causas do não associativismo, desde a própria perspectiva das pessoas, de uma forma holística. Geralmente, as ciências sociais abordam as pesquisas usando as

clássicas enquetes, onde o pesquisador de uma forma ou de outra acaba impondo sua visão. Neste estudo, a metodologia Q se caracteriza por uma abordagem metodológica que privilegia o ponto de vista das próprias pessoas e trabalha sobre a base do que elas opinam.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

- Avaliar as causas que conduzem agricultores familiares do município de Nova Palma/RS ao não associativismo em associações de cooperação agrícola.

1.3.2 Objetivos específicos

- Estudar quais as principais causas que conduzem muitos agricultores familiares ao não associativismo;
- Verificar se as características dos sistemas de produção explicam causas do não associativismo;
- Propor estratégias de extensão a partir das instituições presentes no Município.

1.4 Delimitação e caracterização do local de estudo

O município de Nova Palma está localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul (Anexo B), pertencente à região histórica da 4ª Colônia de Imigração Italiana deste Estado. Suas principais etnias são compostas por descendentes de italianos, alemães e lusos brasileiros, mas inicialmente também foi habitado por índios, cuja presença ficou registrada no município através de grutas, cavernas e objetos que são freqüentemente encontrados como prova da existência desses habitantes.

Hoje o município possui 6.350 habitantes, com 3.646 pessoas no meio rural (IBGE, 2000), distribuídas em 26 comunidades rurais. A construção dessas comunidades é mais um marco do associativismo entre os primeiros colonizadores do município, pois a formação dos centros comunitários requeria uma infra-estrutura, como salões de festas, igrejas, quadras de esporte que foram viabilizados através de mutirões por parte dos membros de cada uma dessas comunidades.

No interior dessas comunidades se registra uma dinâmica muito própria, através da convergência e reunião das pessoas que pertencem a ela, especialmente nos finais de semana. As atividades realizadas no interior dessas comunidades são os encontros de lazer, tanto dos jovens como dos mais velhos, a participação nas missas (já que a grande maioria da população pertence à religião católica) e nas festas comunitárias, bem como reuniões de discussão e organização dos centros comunitários.

Essa forma de organização e convivência dentro das comunidades rurais revela a cultura desses agricultores familiares, onde cada etnia procura manter laços com os antigos descendentes. São traços marcantes os grupos de danças alemãs, as festas em homenagem aos santos padroeiros de cada comunidade pelos italianos, além da culinária que é muito peculiar a cada uma, entre outros. A contribuição das etnias e seus saberes e fazeres que herdaram de suas regiões de origem, associada às condições adversas encontradas nas novas terras, representam uma contribuição direta ao desenvolvimento de uma agricultura de base familiar em Nova Palma, ainda que o grau de escolaridade se resuma às séries iniciais.

No estudo de Marin (2000), com os agricultores familiares de Nova Palma, muitos freqüentaram a escola, mas não passaram das séries iniciais. O autor constata que os anos de estudo dos agricultores equivalem, em média a 5º série do ensino fundamental. Na atualidade, cerca de 47% da população do município apresenta grau de escolaridade inferior a 5º série e cerca de 5% é analfabeta e reside no meio rural. A rede de ensino hoje é estadual.

Os agricultores do município estão distribuídos em 1.244 propriedades rurais, onde 656 ou 52,7% do total estão compreendidas entre 11 e 50ha. As culturas de maior área cultivada são respectivamente, a soja, milho, feijão e o fumo. Nas unidades produtivas entre 20 e 50ha, observa-se uma maior diversificação que além do milho, feijão e fumo encontramos citrus, arroz, bovinos, caprinos e a produção de leite que é bastante expressiva no município, chegando a cerca de 14 mil litros por dia (Emater, 2002).

A agricultura não é somente a atividade mais desenvolvida, mas é sobre ela que repousa a maior arrecadação municipal, cerca de 42%, o que equivale dizer que a economia do município está alicerçada sobre a produção primária.

O município ainda conta com algumas indústrias que são basicamente de alimentos, com destaque para a CAMNPAL, pois a mesma beneficia muitos dos produtos agrícolas tais como, feijão, milho, trigo, arroz, carnes, etc. a fábrica de massas alimentícias Fadiolle, o beneficiamento de basalto e a fabricação de móveis, todos utilizando matéria prima local e regional (Emater, 2002).

Neste contexto, procurando atingir os objetivos propostos adota-se a metodologia que segue.

1.5 Abordagem metodológica

Esse estudo constitui-se em um estudo de caso e a metodologia da pesquisa denomina-se “metodologia Q”. Q foi desenvolvido em 1935 pelo físico e psicólogo inglês William Stephenson (estudante de Charles Spearman, famoso estatístico que desenvolveu a correlação r). A partir de então Q é conhecido, sobre tudo na psicologia e nas ciências políticas, como uma forma de aproximar-se ao estudo do comportamento humano.

A UFSM, e seu Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, através do Núcleo de Estudos em Meio Ambiente e Desenvolvimento – NEMAD, encontra-se entre as instituições pioneiras da região, no desenvolvimento de estudos inovadores nesta área em particular. As etapas da metodologia são as seguintes: I) levantamento de informações entre informantes qualificados com relação às causas pelas quais os agricultores familiares não se associam em associações de cooperação agrícola; II) síntese da informação recolhida, mediante a elaboração de afirmações que reproduzem o ponto de vista dos informantes qualificados; III) classificação das afirmações por uma amostra de agricultores que não participam de associações, de acordo com a sua particular “subjetividade”, IV) análise das respostas obtidas mediante o uso de um software (PCQ for windows academic edition, version 2000), com o objetivo de obter os fatores significativos, e V) interpretação dos resultados, considerações finais e estratégias futuras.

1.5.1 Q e seus antecedentes conceituais

Q está desenhado especialmente para estudar a subjetividade humana. A subjetividade pode ser entendida como o campo afetivo, composto pelos sentimentos, as motivações, as atitudes, as crenças, e as opiniões que as pessoas desenvolvem. Estes elementos se articulam para conformar um sistema através do qual as pessoas analisam o mundo e tomam suas decisões. Roman & Apple, *apud* Alves-Mazzotti (1998), dizem que a subjetividade não pode ser identificada como o que ocorre “na cabeça das pessoas”: na medida em que ela abarca a consciência humana, há que reconhecê-la como assimétrica, isto é, como sendo determinada por múltiplas relações de poder e interesses de classe, raça, gênero, idade e orientação sexual. Em conseqüência, o conceito de subjetividade tem de ser discutido em relação à consciência e às relações de poder que envolvem tanto o pesquisador como os pesquisados.

Neste estudo entende-se por subjetividade, a expressão do fundamental da vida psíquica do ser humano, que é o afetivo e que somente é experimentado pelo próprio indivíduo, a partir daí se formam as relações inter-humanas e com o meio.

É este sistema, (sentimentos, as motivações, as atitudes, as crenças, e as opiniões) o que Q quer fazer “emergir” para que seja visível. E, é neste particular campo onde Q tem vantagens sobre os métodos tradicionais (enquetes com perguntas preestabelecidas, estudos de caso estritamente qualitativos), porque representa uma metodologia com um mínimo de intervenção de “estranhos”, de forma

que os riscos de afetar inconscientemente os resultados com a carga de valores desses “estranhos” se reduz.

Porque este campo do domínio afetivo é particularmente importante? O desenvolvimento das capacidades humanas, para que as pessoas possam influenciar seu próprio futuro na direção que entendam mais favorável a seus interesses, representa um dos objetivos básicos da Extensão Rural hoje. As pessoas necessitam desenvolver seu próprio potencial, para que os resultados dos trabalhos da extensão sejam duradouros.

Este potencial, somente é alcançado através da participação e do envolvimento dos atores sociais organizados, possibilitando a alavancagem das capacidades humanas.

Participação, que segundo Freire, *apud* Silva (2003), é uma prática transformadora e libertadora, que leva o indivíduo a discutir, analisar e assumir atitudes sem as marcas da subordinação.

Já conforme Miranda, *apud* Silva (2003), a participação é um processo de aquisição de poder, que é identificada por três situações principais: distribuição de poder e recursos; esforço deliberado por parte dos grupos sociais de controlarem os seus destinos e melhorarem suas condições de vida; e, criação de oportunidades a partir de baixo, ou seja, dos próprios grupos sociais.

Esta habilidade de influenciar o andamento dos acontecimentos, permitirá aos grupos a efetivação de um processo de educação participativa, o qual com o tempo será capaz de fazer com que deixem da posição passiva, de subalternidade, para uma posição ativa, onde eles mesmos sejam os agentes de desenvolvimento, criando a

capacidade de diagnosticarem e analisarem seus próprios problemas, a capacidade de decidirem coletivamente sobre as ações para solucioná-los, além do desenvolvimento e avaliação de tais ações, isso pode ser resumido como sendo empoderamento.

O empoderamento¹ já não é um meio para alcançar outros fins, é também um fim em si mesmo. Desenvolver este potencial implica em um trabalho integrado das diferentes dimensões: cognitiva (o conhecimento), psicomotriz (as habilidades) e afetiva.

Os aspectos pertencentes ao domínio cognitivo e psicomotriz são geralmente reconhecidos em sua importância, mas os aspectos afetivos são igualmente importantes. Mager (1972, p.14) assinalou que o domínio cognitivo “tem que ver com o que uma pessoa pode fazer, mas o domínio afetivo com o que vai fazer”. Em conseqüência, conhecer esse “mundo” é chave para quem trabalha com pessoas em extensão rural.

Organizações como o FIDA, assinalam que a pobreza em geral e a pobreza rural em particular deve ser concebida como um processo em que os seres humanos apresentam e desenvolvem padrões sociais e de comportamento, os quais servem de guia a suas ações e relações dentro e fora de seus lares e dentro e fora de suas comunidades, portanto, a pobreza é também uma atitude de vida. Este aspecto está relacionado com a percepção que os agricultores pobres têm de si

¹ Em inglês “empowerment”, o “capacity building”. Empoderamento, pode entender-se como um enfoque que procura o desenvolvimento de capacidades nas pessoas e nas organizações, o fortalecimento para que possam estar em condições de construir o futuro na forma mais apropriada a seus interesses. Termo chave relacionado é o de “capital social”. O capital social implica estas dimensões: i) a existência de um clima de confiança entre os membros de uma sociedade, ii) a riqueza do tecido social de uma sociedade e o nível de participação, iii) as atitudes em aspectos de interesse coletivo (consciência cívica) e iv) os valores predominantes. Ver B. Kliksberg, *Hacia una economía con rostro humano*. Segunda edición. Fondo de Cultura Económica, Oficina de Planificación do Sector Universitario (OPSU), Universidad de Zulia, Universidad Nacional Experimental Rafael María Baralt. 2002, p. 98.

mesmos, frente à comunidade local, a sociedade rural e o país em seu conjunto. Estas percepções influem na natureza dos processos produtivos e reprodutivos da família, suas estratégias de sobrevivência e suas relações com outros agricultores pobres e não pobres, a comunidade e a trama social do mundo rural que os circunda. O conhecer o “entorno psico-emocional” do agricultor pobre, suas percepções e aspirações pessoais e familiares influi no possível êxito ou fracasso dos programas de redução da pobreza e de desenvolvimento rural, se é que estas “visões” são ou não incorporadas no desenho e na execução de programas para populações rurais pobres (Quijandria, *et alii*, 2000).

A única maneira de conhecer realmente essas visões, esse entorno psico-emocional (ou seja, a subjetividade ou domínio afetivo) é desde o ponto de vista das pessoas as quais a extensão procura trabalhar. Se bem que isso se diz, e está presente na ideologia da extensão e das organizações, mas não passa muitas vezes de um discurso. Quer dizer, se termina conhecendo as visões desde o ponto de vista externo (com métodos qualitativos ou mediante as clássicas enquetes). Q empodera as pessoas (o procedimento operativo é empoderador, as pessoas participam ativamente) para que essas visões se revelem em uma forma que é própria das pessoas e que adquire, portanto para elas um significado funcional relevante (Brown, 2003). As visões se desenvolvem desde o ponto de vista das pessoas, respeitando suas próprias palavras, e nos mostram como as mesmas percebem o mundo desde “sua” realidade, com seus olhos, seu coração e sua mente.

Se queremos começar com a realidade existente, conhecer os problemas e necessidades, e as expectativas da população, Q é apropriado especialmente (exemplo, em um diagnóstico). Durante a execução, saber se as expectativas estão sendo incorporadas à implementação, e ao terminar a execução, saber se as pessoas estão verdadeiramente empoderadas, é de fundamental importância. A extensão cria oportunidades para o empoderamento (serviços básicos, melhoramento da gestão municipal, desenvolvimento de mercados, etc.), mas estas oportunidades são externas as pessoas. São necessárias, mas não suficientes. As pessoas devem aproveitar as oportunidades para que se gere o empoderamento. Q pode contribuir muito para revelar se essas oportunidades foram “apropriadas” para a população (Brown, 2003). O empoderamento é um conceito que deve ser entendido desde as pessoas, não pode ser abordado “externamente”. Os agricultores pobres, e suas famílias, não sabem, muitas vezes o que é empoderamento, mas seguramente conhecem o significado através de suas próprias estruturas de pensamento.

Como Q torna visível esta dimensão afetiva? Aqui há uma característica essencial da metodologia, Q trata de entender o ponto de vista holístico da pessoa, e como essa visão “casa” com a de outras pessoas. Neste sentido, Q é uma metodologia de análise sistêmica, considera a pessoa como uma totalidade, não reduz a análise a determinadas características².

² A abordagem tradicional procura a partir de uma característica em particular prever o comportamento da pessoa. Por exemplo, a altura da mulher é o que determina se ela compra sapatos de salto. Se diria que as mulheres altas não usariam sapatos com salto.

É necessário advertir que sistemático e sistêmico³ - adjetivos que provêm de sistema - possuem diferentes conotações (Hegedüs & Morales, 1996). Ambos apresentam em comum a valorização da perspectiva holística, quer dizer, de que as partes pertencem a uma totalidade maior e que desenvolvem mecanismos de interação entre si. Para a visão sistemática, a totalidade é igual as partes que a compõem. É dizer que, se pode entender o todo através das partes. Para a visão sistêmica, a totalidade é diferente das partes que a compõem (por exemplo, a molécula de água é diferente aos átomos que a compõem). Isto significa que, existem propriedades emergentes, não das partes isoladas, se não da totalidade organizada (sistema) que são as que originam a diferença antes assinalada. Estas propriedades não emergem se reduzimos o todo as partes que o conformam. Portanto, não se pode entender o todo desde as partes.

A subjetividade de uma pessoa pode ser entendida como um sistema complexo formado por atitudes, crenças, e valores. Constitui o marco de referência, através do qual os seres humanos definem e expressam seu próprio mundo. A complexidade significa que há elementos desse sistema que podem não conhecer-se, e que há relações entre os mesmos que se ignoram. Adicionalmente, nenhum destes elementos podem entender-se se são considerados em forma isolada dos outros. Q permite tornar visível estes elementos e as relações que entre eles existem através da classificação (“Q sorting”) que cada pessoa efetua. Não são características isoladas as que emergem, é o “todo” organizado, com um significado que é específico a essa pessoa.

³ O conceito "sistêmico" se vincula com os trabalhos desenvolvidos por P. Checkland no começo da década de oitenta relacionados com os "sistemas brandos" (soft systems).

E que pode interpretar-se porque não é uma característica isolada a que tratamos, é o todo.

1.5.2 Q no marco de uma avaliação

Utilizar-se-á uma abordagem que toma em conta os níveis de estratégia geral, método, técnica e instrumentos. A coerência nestes diferentes níveis marca a qualidade da avaliação.

Q se localiza no campo do paradigma qualitativo. Segundo Niremborg, *et alii* (2000, p.82) a avaliação qualitativa se caracteriza entre outros por privilegiar: “o entender (mais que o explicar); o ponto de vista dos atores (mais que o dos avaliadores); e a captação e compreensão de atitudes, condutas, valores e motivações internas (mais que os aspectos “objetivos”, observáveis, facilmente medíveis)”.

Para Baeta Neves, *et al* (1998) a pesquisa qualitativa tem como objetivo a compreensão e a reconstrução da realidade social, especialmente a reconstituição dos sentidos e motivações das ações dos indivíduos, a descrição, explicação e interpretação das ações sociais e a reconstituição de estruturas de ação.

Deixa-se explícita esta vinculação aos efeitos de entender a lógica geral de Q. Isto não significa que se adere a um paradigma em particular (o qualitativo) por considerá-lo superior (ao quantitativo). O debate entre avaliação qualitativa e quantitativa está superado na atualidade. Métodos quantitativos e qualitativos não são mais vistos como procedimentos de investigação excludentes, mas como alternativas que se complementam no campo da pesquisa social empírica (Baeta Neves *et al*, 1998).

Demo (2001, p.7), completa:

Falando de uma pesquisa quantitativa ele diz que esta deixa de fora o que seria mais relevante a saber, a qualidade do engajamento associativo. Mesmo assim podemos farejar nas entre linhas das quantidades, respingos qualitativos. Na quantidade pode-se perceber qualidade, porque uma não contradiz a outra, mas dela faz parte. Levantamentos empíricos não precisam ser empiristas. Seriam empiristas se admitissem que a realidade toda poderia ser reduzida a suas faces mensuráveis. A metodologia clássica tende a preferir o que é mensurável na realidade, por conta do apego formalizante, mas hoje é facilmente reconhecido que este reducionismo é profundamente deturpante, bem como não é possível captar a qualidade sem recursos quantitativos.

No entanto, a integração se faz tradicionalmente utilizando diferentes métodos e técnicas em uma avaliação (exemplo, enquete e estudo de caso). Aqui é em Q mesmo que se integram ambas tradições, atuando Q como uma ponte que une o melhor de ambas tradições.

O método de avaliação ao qual se associa Q é o Estudo de Caso, o qual, é preferentemente utilizado dentro da estratégia qualitativa. EC é um método que permite que se obtenha grande quantidade de informações de um único caso (Roese, 1998). Para Yin, *apud* Roese, (1998), o estudo de caso procuraria responder questões do tipo, como e por que, ou seja, o investigador já tem uma boa idéia geral do que está acontecendo, ele já sabe quais decisões são tomadas, e quer saber como e por que elas são tomadas. As amostras Q de pessoas são amostras de pequeno tamanho. A seleção de pessoas se realiza por motivos teóricos (as pessoas são eleitas porque podem aportar valiosa informação) ou por razões de conveniência (porque estão a fácil disposição da equipe avaliadora). Segundo Yin (1992), EC é um método adequado para fazer avaliações devido a que permite: ter em

conta o contexto; utilizar informação qualitativa ou quantitativa; avaliar resultados, tanto esperados como não esperados, e também o processo; formar novas hipóteses, e desenvolver novas idéias generalizáveis a campos científicos do conhecimento.

A técnica para coletar a informação e fazer a análise é o que denominamos metodologia Q. Devido ao fato de que este nome já está generalizado na literatura será mantido seu uso. Sem dúvida, cremos que Q é muito mais que uma metodologia ou uma técnica para coletar informações e analisá-las, é uma maneira de investigar o mundo que nos rodeia, uma maneira que denominamos “sistêmica”.

Existe a tendência de crer que EC descansa exclusivamente em técnicas qualitativas para coletar e analisar a informação (Yin, 1989). Em Q a coleta de informações tem um caráter qualitativo; a análise da mesma é quantitativa. Implica análise fatorial mediante um software especialmente desenvolvido (PCQ for windows, versão 2000). Esta combinação inovadora é o que dá a Q uma excelência para analisar as subjetividades que existem no estudo de todo tipo de situações onde haja pessoas interagindo.

As técnicas requerem instrumentos adequados para sua instrumentação operativa. Os instrumentos que Q emprega para coletar as informações são: i) pauta de perguntas para informantes qualificados para desenvolver o universo de idéias em relação ao objetivo da avaliação (“concourse”), ii) elaboração de afirmações (“statements”) em formato de tarjetas, e iii) grade para anotar respostas. Explicaremos estes termos no ponto seguinte.

1.5.3 Passos para aplicar Q

Passo 1: Ter uma situação apropriada para aplicar Q. Isto significa, situações relacionadas ao campo do domínio afetivo das pessoas, para entender de maneira única (quer dizer, desde o ponto de vista delas mesmas, em forma sistêmica e intrínseca ao indivíduo mesmo) a natureza dos fenômenos que se está avaliando. Por exemplo, porque as mulheres não estão participando de um determinado projeto? O trabalho de fortalecimento, está desenvolvendo as mudanças de atitude requeridas? As pessoas estão se empoderando? De que forma estão se empoderando? Que expectativas possui a população do projeto? Quais são os principais problemas que vocês enfrentam? etc. Na realidade, não existe situações humanas onde não há subjetividade intervindo, e portanto Q é aplicável para fazer “emergir” estas subjetividades.

Q permite caracterizar e avaliar os processos gerados pela extensão, estes processos são determinantes para alcançar os objetivos da extensão. Os mesmos se localizam no campo psico-social, e representam mudanças de atitudes, que conduzem ao desenvolvimento de novas aspirações de utilizar as oportunidades e situações brindadas pelo projeto.

Q não é apropriado para situações do tipo: Qual tem sido o nível de adoção de tecnologia na população objetivo do projeto? Obviamente, Q é muito apropriado para entender porque os agricultores não têm adotado tecnologia ou porque estão adotando. Ao

saber isto podemos entender que estratégias de trabalho são positivas e quais não.

Q permite saltar-se da lógica qualitativa a lógica quantitativa. Esta é a excelência de Q, ao integrar ambas perspectivas teremos flexibilidade para adequarmos as diferentes situações. A análise fatorial, permite estabelecer para cada fator obtido o que se denomina aspectos característicos, que identificam especialmente a esse fator. Podemos assim, extrapolar à população maior, e mediante uma enquete com amostra aleatória, identificar na população a importância de cada fator. Desta forma, os resultados se generalizam e servem para efetuar avaliações de diferentes tipos (antes para predizer, durante para ver como transcorre o projeto e quais são seus efeitos, e depois que terminou, para saber o impacto).

Q é apropriado para fazer avaliações longitudinais, quer dizer, comparações ao longo do tempo. Neste sentido, se pode utilizar a amostra Q de afirmações (conforme descrito no passo 4), administrada em diferentes momentos, à mesma amostra Q de pessoas. Q também permite fazer outras comparações úteis aos efeitos de uma avaliação (em definitivo avaliar é comparar): i) utilizar a mesma amostra Q de afirmações para diferentes amostras Q de pessoas (também em diferentes momentos), e ii) utilizar diferentes amostras Q de afirmações para diferentes amostras Q de pessoas (também em diferentes momentos). Obviamente, neste último caso, as diferentes amostras Q de afirmações se relacionam com o objetivo da avaliação.

Passo 2: Realizar um conjunto de entrevistas semi-estruturadas em profundidade, aplicando uma pauta de perguntas, a informantes

qualificados. A pauta de perguntas está diretamente vinculada aos objetivos da avaliação. Por exemplo: i) Porque você não participa em associações de agricultores? ii) Que deveria ser feito para que você participe? etc. As entrevistas preferentemente são gravadas. O objetivo é construir o universo de idéias. A quantidade de entrevistas a ser realizada está entre 6 e 10 dependendo da situação. É fundamental incorporar as diferentes visões existentes, pessoas e/ou instituições. A duração de cada entrevista é de aproximadamente uma hora.

Passo 3: Das respostas obtidas se elabora o universo de idéias em relação ao objetivo da avaliação, o qual se define como a “população de idéias, crenças, pensamentos” que existem em relação ao objetivo da avaliação. Inclui também informações já existentes (de caráter secundário) como livros, artigos, vídeos, imagens de satélites, fotos, desenhos, etc. Podemos utilizar também, somente informações já existentes para fazer Q, além disso, qualquer objeto que culturalmente tenha um significado para a população pode utilizar-se, não somente textos escritos.

Obtido o universo de idéias necessita-se entendê-lo, por isso é necessário analisar toda a informação e entender sua lógica, quer dizer, buscar um ordenamento que nos de uma rápida “foto instantânea”, mas não necessariamente completa, que nos ajude a interpretar o fenômeno a avaliar. Para isso se utiliza uma matriz (por exemplo, de 2 por 2). Na figura 1, se apresenta uma matriz que indica para o universo de idéias elaborado, que as visões existentes a respeito do porque os agricultores não participam em associações (este foi o

objetivo da avaliação) se devem a aspectos econômicos ou sociais, desde a perspectiva do agricultor ou do contexto.

Figura 01- Estrutura teórica.

Perspectivas	Dimensão econômica (c)	Dimensão social (d)
Agricultor (a)	(a c)	(a d)
Contexto (b)	(b c)	(b d)

Passo 4: A partir do universo de idéias elaborado, se extrai uma amostra dirigida de afirmações. Uma afirmação é uma sentença que expressa uma idéia, um pensamento, que está relacionada com o objetivo da avaliação. A matriz permite identificar a amostra de afirmações. Isto significa que, a amostra deve ter um número similar de afirmações de cada célula (4 no mínimo). A amostra neste caso real esteve composta por 8 afirmações em cada célula que aparece na matriz, totalizando 32 afirmações. Esta seleção de afirmações, se bem que importante, não tem efeitos na análise fatorial e posterior interpretação. O significado que tentamos encontrar mediante Q não reside nas afirmações em si mesmo, se não na maneira como as pessoas classificam essas afirmações e as vinculam entre si (Stephenson, 1963). Esta é uma característica da análise sistêmica.

É importante que a amostra Q de afirmações seja manejável em termos de tamanho, pois, é difícil e toma tempo para quem responde, distinguir entre mais de 100 afirmações (Brown, 1980). As amostras, tendem a tomar um valor entre 30 e 60, com o número exato em função do universo de idéias desenhado. Mais de 60 afirmações

resulta difícil de aplicar no caso de populações rurais, ainda mais se são agricultores familiares, ou trabalhadores rurais, a clareza das afirmações é também importante, sobre tudo para entrevistados de zonas rurais, que podem ter dificuldades com um código escrito que não seja familiar. Neste caso podem utilizar, como já foi dito, desenhos e outras expressões gráficas, e igualmente se procura respeitar o máximo possível as palavras reais utilizadas pelos informantes qualificados.

A amostra Q de afirmações também deve ser balanceada, o balanço tem que ver com que o respondente tenha igual oportunidade de reagir positiva ou negativamente às afirmações (Stephenson, 1953). Assim, dentro de cada uma das células da matriz da figura 1, há quatro afirmações eleitas para refletir uma aproximação positiva, e quatro para refletir negativamente essa aproximação. Deve cuidar-se de não utilizar antônimos (exemplo: alto, baixo), dado que estes aportam pouco aos efeitos de fazer emergir a subjetividade que se pretende analisar. As afirmações são numeradas de forma aleatória.

Passo 5: Se elege uma amostra dirigida de pessoas (amostra Q de pessoas) as quais se aplica o conjunto de afirmações (como se fosse um maço de cartas que são colocadas ao azar em uma mesa), para que a pessoa as classifiquem de acordo a sua importância, o que se denomina classificação Q, ou “q sorting”. As tarjetas, com as quais a pessoa está em maior acordo devem ser colocadas no extremo positivo (+4). As tarjetas com as quais a pessoa está em menor acordo deve ser colocada no extremo negativo (-4). No meio são colocadas as tarjetas “neutras”. Isto constitui também uma entrevista semi-estruturada, com

duração de aproximadamente uma hora, mas pode estender-se até 90 minutos.

As afirmações (escritas em tarjetas individuais) são colocadas em uma grade que se aproxima a uma distribuição quase normal (ver figura 2). Quer dizer, é anotado o número da tarjeta em cada célula. É necessário preencher todas as células sem repetições. Neste exemplo, há 32 afirmações e 32 células na grade. A distribuição que se obtém é mais platicúrtica que uma distribuição normal, mas igualmente mantêm as formas e propriedades de simetria. A idéia é obrigar a pessoa a definir-se em seu pensamento através dos extremos positivos e negativos. O número de 32 células por grade não é fixo, depende do universo de idéias obtido.

A pessoa que administra Q (o entrevistador) pode orientar ao entrevistado, explicar em que consiste a classificação, que deve fazer a pessoa, e dar as instruções a respeito, mas também pode orientar para que a pessoa inicie, se vê que a mesma tem dificuldades. Como por exemplo, pode dizer-lhe que forme primeiro 3 grupos de tarjetas: com as que está de acordo; em desacordo; e as que são neutras. Com essa orientação é suficiente para que se possa efetuar a classificação Q.

A experiência de ver como as pessoas classificam Q é também única, dizemos que tem um caráter empoderador. As afirmações são “trabalhadas” pelas pessoas, e são ordenadas, até que todas “encaixem”, de um modo que tem sua lógica na visão de conjunto (considerando todas as tarjetas). Este tipo de experiência reproduz como pensamos; arranjos que não eram visíveis anteriormente aparecem de repente revelados provocando nas pessoas a íntima

satisfação de saber que estão compreendendo melhor algo que já sabiam ou algo que seja novo para elas.

Figura 02 - Grade de classificação Q.

-4	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3	+4

Os entrevistados não somente realizam a classificação Q, anotando nas células de cada grade o número da tarjeta elegida, mas também respondem um número reduzido de perguntas claras, que ajudam a interpretar os dados. Não mais de 4 ou 5 perguntas como, seu nome (optativo), local, e 3 perguntas sobre sua situação sócio-econômica-tecnológica.

Passo 6: As respostas obtidas são analisadas com o procedimento estatístico denominado Análise Fatorial. Utiliza-se um programa de informática especial denominado PCQ for windows, versão 2000.

Um fator é um “cluster” (conjunto) de pessoas cujas classificações Q de afirmações são similares. Quer dizer, possuem opiniões iguais. Cada fator representa, um diferente tipo de opinião

em relação ao objeto de avaliação. O programa PCQ⁴ trabalha com matrizes de correlações, e ainda que seja um número grande de matrizes (até 120 classificações Q podem entrar), o programa é rápido para “extrair” os fatores originais.

Sobre estes fatores originais, o estatístico aplica o que se denomina “rotação” desses fatores. Uma das formas de efetuar a rotação é mediante critérios que sejam relevantes para a avaliação (“judgemental rotation⁵”, por exemplo, utilizar o tipo de ator como critério). O estatístico analisa os efeitos da rotação que desenvolve na tela, onde os fatores aparecem como vetores. Em particular, observa que as pessoas que “caem” em um fator, não estejam presentes em outros fatores. Isto é o que vai permitir a interpretação dos resultados.

Aos efeitos de que cada fator possa emergir, é necessário administrar Q a aproximadamente 8 pessoas, o que indica que a amostra Q de pessoas seja composta de aproximadamente 30 pessoas (Fairweather, 2001). Não tem sentido administrar Q a mais pessoas, já que os resultados finais não se modificam substancialmente.

A percentagem de pessoas que “caem” nos 3-4 fatores, em relação ao total da amostra Q de pessoas, é variável, normalmente 60% das pessoas estão em algum dos fatores assinalados. O resto não aparece por ter correlações baixas, ou ter altas correlações com mais de um fator (cada pessoa deve pertencer a somente um fator). Este remanescente de pessoas que não se agrupam é outra afirmação do caráter sistêmico de Q⁶.

⁴ O avanço da informática e dos pacotes estatísticos é o que permitiu “redescobrir” as potencialidades de Q.

⁵ A outra possibilidade é efetuar o que se denomina “varimax rotation”.

⁶ O enfoque sistêmico implica uma atitude de humildade. O sistema desenvolvido é o melhor possível para a situação dada. Mas sabemos que há elementos que podem faltar e que há relações que todavia não

Não deve analisar-se o número de pessoas que caem em cada fator como indicador de algo. Por exemplo, se são somente 2 pessoas sobre 30, dizer que esse fator está “mal calculado”. É importante saber a correlação das pessoas com o fator (“factor loading”). Se for baixa, então esse fator é “débil”, não é “estável”, e pode suceder que com um número maior de entrevistas desapareça ou se transforme em outro. Um fator estável significa que ainda que hajam mais classificações Q não vai mudar a estrutura do fator (ou conjunto de afirmações).

Passo 7: Na continuação, e em base aos resultados obtidos se realiza a interpretação, a mesma pode ser em dois grandes planos: em relação com os objetivos do estudo, e/ou em relação com teorias que ajudem a entender e explicar melhor os resultados (Russ-Eft & Preskill, 2001). Para uma sistematização, onde se procura integrar os conhecimentos novos aos grandes corpos científicos, este último aspecto adquire grande importância.

No processo de interpretação toma-se em conta:

- A informação que provêm das 4 ou 5 perguntas que contêm cada grade; as mesmas estão relacionadas com alguma hipótese prévia (por exemplo, tamanho da propriedade pode afetar o nível de participação, nível de escolaridade, etc.).

- A informação que provêm da “saída” do programa, em essência é: i) lista de fatores e pessoas que caem em cada fator (com as correlações de cada pessoa com respeito ao fator), e ii) para cada fator qual é o conjunto de afirmações que o compõem, ou seja, o perfil médio de opinião que resume e caracteriza esse fator (“model Q-sort”,

compreendemos bem. Portanto, é natural que haja pessoas que não se sintam representadas nos fatores. Uma sorveteria pode ter 10 sabores ou 30 para oferecer. Sempre há pessoas que não encontram o sabor buscado, ou que ao prová-los, não era o que queriam.

ou “factor array” ou “composite statement array”), com as pontuações recebidas (de +4 a - 4, por exemplo).

- A informação que provêm de novas entrevistas que se efetuam com algumas das pessoas que realizaram a classificação Q, quer dizer, que estão na amostra Q de pessoas.

Basicamente, a interpretação em Q (a que provêm das saídas do programa) se efetua comparando cada fator: i) Quais são as afirmações extremas que definem ambos extremos, e ii) quais são as afirmações que distinguem dos fatores restantes. Q permite saber para as afirmações extremas de cada fator, como são consideradas pelo resto dos fatores, quer dizer, que pontuações recebem. Ao analisar em conjunto toda esta informação se obtêm a interpretação Q. Sem dúvida não termina aqui o trabalho de avaliação.

Deve-se considerar a última fonte de informação, há que se levar em conta as opiniões das pessoas que efetuaram a classificação Q, desta forma fecha-se o ciclo: partimos da realidade entrevistando as pessoas para construir o universo de idéias, e voltamos a elas de forma coerente para que nos ajudem na interpretação. Por isso, opinamos que esta é uma verdadeira avaliação participativa, no sentido que é a população objetivo do projeto a que determina o curso da avaliação. Aqui a equipe avaliadora (se considera um especialista em Avaliação de Projetos de Extensão Rural e um especialista em Estatística para Ciências Sociais) realmente facilita o processo, não o condiciona. Dizemos, por isso, que em Q, há um mínimo de intervenção de “expertos”.

Da amostra Q de pessoas, volta-se a eger de novo para efetuar-lhes uma entrevista, aquelas que apresentam altas correlações com cada fator. Esta entrevista consiste em saber dessa pessoa: a interpretação do fator a que pertence, ou que significa para a pessoa esse fator; e sua aceitação do fator, quanto bem sente que o mesmo reflete sua forma de pensar. São eleitas pessoas de fatores estáveis. Quer dizer, suponhamos que a análise gerou 3 fatores estáveis e um débil. Somente consideramos os 3 fatores estáveis. Com o fator débil, idealmente se realizam mais classificações Q entrevistando novas pessoas (aproximadamente 10). Na realidade toda avaliação é uma transição entre o ideal e o factível. Dificilmente teremos a quantidade de informação que queremos ter, portanto, devemos trabalhar com a informação existente.

Q permite reduzir a “subjetividade” na interpretação, o marco orientador que proporciona a análise fatorial facilita enormemente o trabalho de interpretação, e esta é outra característica saliente de Q, em comparação com as abordagens tradicionais.

Finalmente, se procede a colocação de nomes aos fatores. O programa designa os fatores com letras, A, B, C, D, etc. Finalizada a interpretação, e em função dos objetivos da avaliação, os fatores recebem nomes (exemplo, favoráveis ao associativismo e não favoráveis ao associativismo).

1.5.4 Caracterização dos Sistemas de Produção Agrícola de Nova Palma

Como já exposto na introdução, dar-se-á visibilidade aos sistemas de produção agrícola do município de Nova Palma, baseados no estudo de Marin (2000), o qual estudou e caracterizou 4 diferentes sistemas de produção. Portanto, faremos uma breve exposição de algumas das características de cada sistema, já que, acredita-se que estas características possam explicar resultados encontrados na presente pesquisa.

Sistema de produção agrícola 1:

Três produtos se destacam nesta zona nas últimas décadas: arroz, fumo e pecuária leiteira, o arroz é o produto mais cultivado em função das características do relevo. As unidades produtivas do SPA 1 possuem em média 38,5 hectares, com uma superfície de área útil de 33%, a qual é efetivamente utilizada, sendo o sistema de menor superfície de área útil do município, limitando o aumento da produção. Normalmente, a colheita do arroz é realizada com máquinas automotrizes, onde os agricultores que não dispõem de colheitadeira pagam a um vizinho pela prestação de serviços.

Neste sistema, segundo os estudos de Marin (2000), os agricultores pouco participam de associações de máquinas e equipamentos, realizando apenas prestações de serviços entre si (mediante pagamento de percentagem da produção, de 8 a 10%), geralmente na colheita do arroz.

Sistema de produção agrícola 2:

Devido aos terrenos declivosos e pedregosos e a possibilidade reduzida de mecanização, ocorreu principalmente o desenvolvimento da cultura do fumo, feijão e pecuária de leite. As unidades de produção deste sistema possuem em média 29 hectares, 58% deste total cultivados.

Os agricultores situados em áreas propícias à mecanização (Centro-sul), praticantes do SPA 2, têm buscado alternativas para aquisição de equipamentos e máquinas, através da associação entre si. Constitui-se no sistema de produção que mais realiza essa estratégia, apresentando-se como solução viável à restrição financeira para a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos.

Sistema de produção agrícola 3:

Relevo com áreas planas para a mecanização, permitiu a introdução de culturas como a soja e o milho em maiores áreas, leite, fumo e feijão em menores áreas. Os agricultores deste sistema possuem em média 83 hectares, com uma superfície de área útil de 78%.

O arrendamento de terra é uma das características deste sistema, já que os agricultores mais capitalizados buscam ampliar suas áreas de soja em outras regiões, como áreas do sistema 4 e de outros municípios.

Os agricultores são sócios da CAMNPAL como nos demais sistemas, procuram fazer associações entre eles, normalmente de caráter familiar. O grau de associativismo entre estes agricultores é relativamente baixo comparado ao sistema 2.

Sistema de produção agrícola 4:

Este sistema tem como característica principal a criação de gado de corte, e mais recentemente está sendo incrementado o cultivo de soja, ou seja, os proprietários tradicionais criadores de gado de corte estão arrendando parte de suas terras para o cultivo de soja e permanecem criando seus animais nas áreas menos aptas para cultura. Outros ainda, estão abandonando a pecuária e partindo para o cultivo da soja. A área média é de 145 hectares, sendo em torno de 50ha destinadas a cultura da soja e 90 para a criação de gado, utilizando para tanto, em média 3 pessoas.

Esta caracterização, associada as considerações do capítulo que segue, juntamente com os resultados levantados a campo serão base para a análise dos resultados e considerações finais.

CAPÍTULO II

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ASSOCIATIVISMO E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DA ATUALIDADE

2.1 Aspectos marcantes do associativismo

Ao tecer algumas considerações sobre o associativismo não se pode deixar de mencionar que o mesmo acompanha o homem em praticamente toda sua caminhada sobre a terra, ou seja, a cooperação é tão antiga quanto a própria raça humana e sem ela os seres humanos estariam ainda vivendo em cavernas, pois, de uma forma ou de outra a cooperação ajudou o homem a superar dificuldades a ele impostas. Dessa forma, procuramos primeiramente relatar momentos de intensa cooperação ao longo da história, para assim fundamentar a sua importância na atualidade.

Ao longo da formação da sociedade humana sobre a Terra, o homem como componente biótico do sistema elaborou diferentes estratégias para a sua interação com o meio, de forma a possibilitar a sua sobrevivência, bem como a perpetuação da sua espécie. Inicialmente, partiu-se para o extrativismo, baseando-se exclusivamente na extração ou coleta de produtos naturais não

cultivados. Mais tarde, com o passar dos anos e a conseqüente dominação sobre os cultivos agrícolas, bem como a domesticação dos animais, efetivou-se métodos de exploração mais “equilibrados e racionais”, capazes de dar segurança para a manutenção das sociedades em formação (Silva, 2003).

Dentre as estratégias, certamente se encontrava a cooperação entre os indivíduos, a fim de enfrentar as adversidades existentes na época, bem como sanar a necessidade de convívio social que está na essência do ser humano, ou seja, nenhum ser humano consegue viver isolado por muito tempo.

Sendo assim, Zamberlam & Froncheti (1992), afirmam que a cooperação é uma forma de organização de trabalho existente e que pode ser encontrada em todas as formas sociais, modo de produção comunal primitivo, escravista feudal, capitalista e socialista.

Vela (1994), completa dizendo que desde os primórdios da história da humanidade, de uma forma ou de outra os seres humanos buscam formas de viver em conjunto e agir em conjunto, em pequenos ou grandes grupos, na procura das realizações de suas aspirações.

Por isso, a cooperação se caracteriza como um princípio básico da humanidade. Nas sociedades primitivas, os homens se agrupavam instintivamente para realizar suas atividades no dia-a-dia, tais como: a caça, a pesca e a defesa de sua tribo contra ataque de inimigos e animais selvagens (Barrios, 1995).

No referente a cooperação na produção agrícola, segundo Zamberlam & Froncheti (1992), a mesma existe desde o período da comunidade primitiva, quando surgiram formas simples ou

elementares de trabalho coletivo. Por exemplo: empréstimo de instrumentos de trabalho, utilização comum de meios de produção – pastagens, águas, terras – até as modernas sociedades com sofisticadas divisões técnicas de trabalho.

Segundo Barros (1994, p.111):

Uma das formas mais elementares da vida social, entre os seres humanos, é o bando. No bando, os indivíduos reúnem-se para satisfazer a mais elementar de suas necessidades, que é o alimento. Na fase dos coletores que alguns autores, como Fairchild (1961), descrevem como sendo anterior à dos caçadores, os indivíduos vivem dispersos, cada qual procurando, em grandes áreas, prover os seus próprios recursos, como verdadeiros animais selvagens. Mas, a “organização humana” só começa a existir, realmente, com o bando, no qual os indivíduos participam de determinadas operações, para submeter a seu controle certos animais bem superiores a eles, individualmente. E foi o reconhecimento desse “expediente” que talvez tenha assegurado a sobrevivência da espécie humana.

Para Service, *apud* Barros, (1994), as características do bando são: simplicidade e escassez na cultura material; nomadismo em grandes áreas; organização social extremamente simples e baixa densidade demográfica, tendo em vista, sobretudo, o tipo de alimento de que se nutrem. O bando é, portanto, um aglomerado indefinido, e pouco estável, de pessoas que lutam pela sobrevivência. Nele não há o sedentarismo ou o semi-sedentarismo de outras organizações sociais.

Já a tribo, ressalta o autor, é uma organização mais complexa que o bando e o clã. É uma sociedade primitiva constituída por certo número de hordas, bandos, sipes, clãs ou pequenas comunidades locais, que falam a mesma língua e compartilham de outras características culturais. Embora, em geral, os subgrupos de uma tribo descendam de um mesmo tronco, não é raro ocorrerem caldeamentos de grupos mutuamente estranhos.

Em geral, as tribos vivem com certo sedentarismo e, por isso, podem desenvolver formas mais complexas de vida e de trabalho, surgindo no seio delas algumas instituições que garantem a ordem e a estabilidade do grupo. A divisão do trabalho, nas tribos é mais visível, o mesmo acontecendo com a hierarquia social. As técnicas, destinadas à obtenção do alimento, da habitação, da segurança e da transmissão cultural, são mais desenvolvidas. Maguelonne, (1987, p.107) relata que “para coletar o “arroz silvestre” as tribos (grifo nosso) se deslocavam em canoas e com a ajuda de um laço em forma de arco, dobravam as espigas para cima das embarcações para fazer cair os grãos”.

No folclore dos povos, às vezes encontramos algumas máximas que contêm profunda sabedoria. Entre essas máximas, há uma que corre mundo, embora com expressões diferentes, mas sempre com o mesmo conteúdo. Essa máxima a que nos referimos têm, no nosso folclore, a seguinte expressão: “É a necessidade que faz o sapo pular”. Há ainda uma outra, muito próxima dessa, que diz: “A necessidade é mãe da indústria”.

Com base nessa sabedoria popular, ousamos dizer que a sociedade vem primeiro que a cultura, pois foi a necessidade que levou o indivíduo a associar-se aos seus semelhantes. É bem possível que isso tenha ocorrido em fase remotíssima da vida do homem sobre a face da terra. Fairchild, *apud* Barros (1994), argumenta que: “quando o homem compreendeu que era mais interessante comer uma parte do mamute do que não comer coisa alguma foi que se formou a sociedade”. Porém, foi assim que os indivíduos se associaram, com

toda a probabilidade. Mas, assim que abateram esse “peludo animal”, compreenderam, também, que a presa devia ser dividida entre eles “de algum modo”. E foi aí que surgiu a norma, capaz de manter a associação e de assegurar-lhe continuidade.

Maguelonne (1987), relata outros casos em que a cooperação esteve presente entre os povos da antiguidade: Dez séculos antes de nossa era, os anasazis, antecessores dos hopis, (América Central) construíram seus famosos *pueblos*, uma única e ampla construção que formava uma aglomeração.

Os queijos importantes (de melhor qualidade) que eram comprados em pedaços, os do Jura – *emmental, comte, gruyère e beaufort* – ou os da Itália, como o parmesão, necessitavam em torno de 1.000 litros de leite por peça, que desde suas origens – século XIII – eram fabricados em cooperativas de povos ou regiões.

Em outra época, o arroz construiu a civilização chinesa além do aparato administrativo que nem os milênios nem a revolução provocaram mudanças, inclusive se agravou, e o arroz ganhou conotações políticas tanto que todo o sistema de irrigação comunitário se baseava não só na associação dos vizinhos, mas também nas obrigações impostas por uma grande disciplina social.

Sendo assim, segundo Araújo, (1982, p.85):

Sociologicamente, a cooperação se dá devido a uma certa compulsão entre os homens, nascida em termos primários das necessidades a serem satisfeitas. Estas manifestações de auxílio mútuo surgem, geralmente, em períodos sociais mais adversos à satisfação das necessidades coletivas. Teoricamente, esta é a explicação para o aparecimento de associações cooperativistas onde e quando obstáculos colocam-se para um grupo de indivíduos.

Em Olivo (2000), vemos que os babilônios formavam associações para arrendamento de terras; os primeiros cristãos tinham uma espécie de cooperativa de consumidores; gregos e romanos tinham sociedades de seguro para os pequenos artesãos; na Palestina, bem como entre o povo hebreu, existiam associações cooperativas; nos povos germânicos a vida agrária se desenvolveu com base em associações de irrigação e de serrarias; no povo romano encontra-se o exemplo do uso associativo das pastagens; nos Alpes Suíços, italianos e franceses deixaram vestígios, ainda na idade média, do trabalho em grupo para a transformação do leite; na França, as associações mais antigas são as queijarias de pequenos agricultores, impulsionados ao trabalho para fabricar os grandes queijos; na América os Incas e os Astecas basearam sua economia no trabalho coletivo, e num período mais recente da história, as Reduções Jesuíticas constituíram uma sociedade baseada na cooperação.

Oliveira (1979), acrescenta que o povo Asteca teve na organização agrária a sustentação de seu regime, sendo que os caracteres de cooperação eram bem marcados: construíam coletivamente seus sistemas de irrigação; combatiam coletivamente as pragas; e, quando se perdia a colheita de alguém, emprestavam-se sementes. Para o autor, o mesmo ocorria com o Império Inca, assentados sobre a base econômica do trabalho coletivo da terra, dividiam os produtos segundo o trabalho prestado e as necessidades de cada um. Barrios (1995, p.11), comenta a organização do povo Inca quando afirma que:

O Ayllu foi à célula social, agro-pecuária, o grupo de parentes, vinculados entre si por sentimentos de cooperação aplicados aos aspectos religiosos e econômicos, ligados intimamente com a posse de uma parcela de terra, desfrutada coletivamente era à base de uma organização social cooperativada e democrática. A civilização Inca soube desenvolver diversas atividades, tanto no âmbito político, econômico, social e religioso, sem deixar de lado o princípio da cooperação desenvolvida por todos os seus membros.

As práticas associativas da América são re-afirmadas por Naves (1999). Para a autora, as grandes culturas pré-colombianas desconheciam o conceito individual de posse da terra, como exemplo, os Astecas e Incas praticavam formas de trabalho e produção coletiva.

O espírito da solidariedade, numa relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, sempre fez parte dos povos americanos, o que não foi diferente com relação às Reduções Jesuíticas⁷, durante a colonização do Brasil.

Sobre esse aspecto Schimidt (2001, p. 46) acrescenta que:

As atividades dos padres jesuítas basearam na persuasão, motivada pelo amor cristão e no princípio da ajuda mútua (mutirão), prática encontrada entre os indígenas brasileiros e em quase todos os povos primitivos, desde os primórdios da humanidade. As reduções jesuíticas, também conhecidas como missões foram um exemplo de sociedade solidária fundamentada no trabalho coletivo, com o objetivo de promover o bem estar comum. No período do Brasil Império (1612), surgiram as formas associativas de cooperativas integrais no Paraná, denominada República Cooperativa dos Guaranis e Santo Inácio Guaçu, esta, fundada por padres italianos.

A necessidade da vida associativa, ou dependente da ajuda mútua, fora também preocupação de vários filósofos pertencentes à fase anterior da era Cristã (a.C.), os quais buscaram dar às suas contribuições a respeito das práticas associativas e do pensamento

⁷ Organização da Igreja Católica que no início da colonização do Brasil, aplicava nos índios brasileiros, atividades pedagógicas e evangelizadoras.

social (Bogardus, 1965). Ainda, conforme o autor, pode-se dizer que as idéias científicas relativas à organização nascem com Platão (427 – 347 a.C.), discípulo de Sócrates, o qual estudou as necessidades humanas, as quais deveriam ser atendidas através da prática da ajuda mútua em reunião de indivíduos em grupos. Aprenderiam a reconhecer a necessidade do intercâmbio de serviços e mercadorias. “Quando esses sócios e indivíduos mutuamente dependentes se reuniam num único lugar, o conjunto de habitantes era chamado de Estado”. A necessidade era a verdadeira criadora do Estado. No entanto, suas idéias eram limitadas, pois imaginava um Estado com apenas 5.040 chefes de família, os quais deveriam correlacionar diferentes tipos de natureza humana e diferentes tipos de ocupações (Bogardus, 1965).

Para Vela & Amaral (2002), estas são consideradas utopias Projetantes-Futuristas, pois partem de bases realistas, para expor teses que transcendem às expectativas reais como conhecimento seguro ou como conseqüências necessárias de um processo de desenvolvimento e do qual deduzem expectativas precisas do futuro. Neste caso, o discurso é construído por seres humanos vivos, que interagem com a natureza biofísica e a natureza de sua cultura, produzida por relações sociais dos mais diversos tipos e formas, conforme se observa ao longo das civilizações nos cinco continentes.

Carneiro, *apud* Silva (2003), faz referência à revolução industrial do século XVIII, e com isso trás à tona o cooperativismo moderno:

A Revolução Industrial, dando seqüência ao mercantilismo e à economia feudal, mudava, no Século XVIII, a face da Inglaterra, que acabava de sofrer a quebra de sua hegemonia com a guerra napoleônica. As mudanças econômicas que influíram usualmente nas classes menos favorecidas, com advento de 10 horas de trabalho para as crianças, 14 horas para os adultos, e que geralmente produziam em família, viriam a trazer resultantes insolúveis à sobrevivência dos integrantes entre o campo e a cidade.

O clima social, não poderia ser mais perfeito para que às classes operárias e camponesas, além dos pensadores sociais dessem origem a um movimento que buscasse respostas passíveis de responder a situação. De acordo com Pinho (1977), numerosas foram as formas de reações que surgiram, sendo que no campo dos pensadores sociais, pode-se mencionar a consolidação do movimento socialista, principalmente através dos pensadores Robert Owen, Charles Fourier, Philippe Buchez e Louis Blanc, os quais viriam a dar fortes contribuições para a solidificação do cooperativismo. Para Vela & Amaral (2002, p.68) “a solução, na visão destes, era uma nova sociedade onde todos seriam os proprietários dos meios de produção”.

Segundo Lasserre, *apud* Schneider (1998), as condições miseráveis e desumanas, unidas a escandalosos contrastes com a burguesia, originaram o proletariado industrial e o movimento operário. Após haver buscado em vão um remédio para sua situação em várias direções – agarrando-se a velhos regulamentos das corporações, aderindo a elas ou deixando-se levar pelo desespero do motim – os trabalhadores compreenderam paulatinamente que era necessário uma profunda mudança da ordem social e que sua única arma – já que não possuíam capital, nem cultura nem legalidade (tudo estava do outro lado) – residia na associação, graças a qual seu número podia transformar a debilidade em força.

É assim que, o movimento cooperativista teve origem na Inglaterra, no século XIX, com os pioneiros de Rochdale, os quais motivados, entre outros aspectos, pela crescente marginalização dos pequenos artesãos da época, que foram sendo substituídos pelas máquinas de tear industriais que surgiram.

As condições desfavoráveis que se conjugavam nessa nova modalidade de produção que se instaurava, teve como consequência a aproximação desses artesãos que se encontravam nesse movimento, originando uma possível alternativa com a união de suas pequenas propriedades. Logo, 28 tecelões, em situação de greve e de demissão em massa, começam a esboçar, desde os fins de 1843 o que em dezembro do ano seguinte se traduziria na primeira cooperativa de consumo, que na sobriedade operária surgiu pequena e modesta, e desenvolveu-se ininterruptamente até nossos dias. A transcendência de sua iniciativa tornou-se inquestionável. Em seus estatutos, codificaram os princípios e métodos essenciais do cooperativismo, os aplicaram com perspicácia excepcional e os propagaram com êxito.

Schneider (1998), relata que a cooperação, como forma de ajuda mútua esteve presente ao longo de toda a história da humanidade, tanto na antiguidade mais remota, quanto no tempo do Império Romano, na Idade Média e inícios da Idade Moderna. Porém a Cooperação mais sistemática nasce com as cooperativas modernas. Estas surgem num momento em que o espírito de solidariedade havia desaparecido quase por completo na fase mais voraz e selvagem dos inícios do capitalismo industrial. As cooperativas surgem como uma reação do mundo operário e camponês à grave situação de exploração

durante a primeira fase da Revolução Industrial, quando o liberalismo de então era contrário a qualquer forma de associação profissional, que visasse à defesa dos interesses de classe (Lei Chapelier na França em 1791).

O mesmo autor aprofunda, dizendo que uma das fontes de inspiração do fenômeno cooperativo foi e ainda é o movimento de idéias. Normalmente, junto aos movimentos populares aparecem as “elites” do pensamento que configuram e dão forma a esses movimentos freqüentemente anárquicos. Como no cooperativismo sempre existiu uma estreita união entre idéia e ação, os pioneiros na Inglaterra, com os de Rochdale à frente, na criação de cooperativas de consumo; na França, com os iniciadores das cooperativas de produção industrial; na Alemanha, com a fundação dos vários tipos de cooperativas de crédito; ao mesmo tempo que traçaram as linhas ideológicas do movimento cooperativo, deram-lhe sua configuração prática. E isso ocorreu particularmente durante a “faminta década dos anos 40” do século passado, uma década de aguda crise econômica e social em toda a Europa.

Nos tempos modernos, os períodos de crise que caracterizam a sociedade, em especial pós a modernização dos processos produtivos, mais marcadamente após a segunda guerra mundial, também corresponderam a determinados focos no sentido da busca da união dos pequenos agricultores para a superação desses diferentes empecilhos que são criados sob esse contexto a cada decênio substancialmente alterado (Cadoná & Vela, 1994).

Fazendo uma breve referência do associativismo brasileiro Schneider, *apud* Barrios (1995), pode constatar que, antes e durante o período colonial e especialmente durante o período do império, houve no Brasil várias experiências associativas entre africanos foragidos, que nos “quilombos” procuravam colônias economicamente auto-suficientes e nas “confrarias de negros” assumiam muitas funções semelhantes às das cooperações da Idade Média, de caráter social e beneficente, bem como entre artesões livres que constituíam suas associações profissionais.

As referências de cooperação econômica e social desenvolvidas no Brasil no período das reduções jesuíticas, dentro de uma área importante do Rio Grande do Sul, igualmente ilustra a riqueza e a variedade de uma experiência associativa, mas que foi bruscamente eliminada através de uma decisão político-militar das coroas da Espanha e de Portugal, e que coincide com a expulsão dos jesuítas. Para Caldeira, *apud* Barrios (1995), a tradição de cooperação informal e ocasional indígena, particularmente guarani chamada “potirão” e hoje “mutirão”, sobreviveu até época recente, ou seja, até quando o processo de modernização capitalista se introduz no campo.

É no período do Império, que houve na região de imigração européia, várias experiências de associação econômica, algumas inspiradas no modelo de “falanstérios”⁸ de Charles Fourier nos anos 40 e 80 do século XIX, outras já inspiradas em modelos cooperativos, como nas freqüentes recomendações em favor da organização

⁸ O termo falanstério cunhado por Charles Fourier designa o edifício que deveria hospedar a “falange”, célula base da sua sociedade ideal, sofreu um processo rápido de dilatação, semântica e veio indicar o conjunto auto-suficiente de estruturas não somente materiais, mas também econômicas, domésticas, morais e administrativas sobre o qual se baseia o novo mundo teorizado pelo utopista francês.

cooperativa do padre José Maria Jacobs, que atuava especialmente junto à imigração alemã de Blumenau, no Estado de Santa Catarina (Barrios, 1995)

O cooperativismo brasileiro, na sua expressão rochdaleana, originou-se com a implantação das primeiras cooperativas de consumo em 1891 em Limeira (São Paulo), em 1894 no Rio de Janeiro, em 1895 em Camaragibe (Pernambuco), em 1897 em Campinas (São Paulo). Alguns anos mais tarde, é que foram organizadas cooperativas para a zona rural: as primeiras caixas rurais Raiffeisen, graças ao trabalho do jesuíta Theodoro Amstad no Rio Grande do Sul (a partir de 1902), assim como cooperativas de plantadores (de soja, algodão, mandioca, arroz, milho, etc.) e de laticínios, resultantes da propaganda do estadista João Pinheiro em Minas Gerais (iniciadas em 1907).

Para Pinho (1982), nos anos anteriores a 1888 inexistem as condições para a implantação do cooperativismo no Brasil. Além da maioria da mão-de-obra ser escrava, os poucos imigrantes e trabalhadores europeus que começaram a se instalar nos principais centros urbanos do País (especialmente Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) sentiram a maior necessidade de organizar associações mutualistas e reivindicativas.

Rambo, *apud* Barrios (1995), afirma que os primórdios do Cooperativismo Brasileiro surgem, em consequência da imigração de povos europeus, principalmente de origem germânica, pois a partir de 1824 começam a trabalhar no sul do Brasil os imigrantes que vieram estimulados pela política imperial de ocupação rápida das grandes áreas vazias dos estados do sul, cobertos de densas florestas e situadas

nas bacias do Guaíba, da Região da Serra, da Região das Missões e do Alto Uruguai.

É desta forma que, os estados sulinos do Brasil são proliferados por imigrantes de origem européia, através do surgimento de pequenas propriedades rurais à base de um característico colonialismo de povoamento. A dinâmica própria dessa ocupação territorial consistia essencialmente na formação de comunidades rurais de pequenos proprietários, donos de glebas, na sua maioria inferiores a 100 hectares.

Estes imigrantes europeus desde muito cedo puseram em marcha uma série de mecanismos e de estratégias de sobrevivência física e cultural. Organizaram as suas comunidades, estruturavam um comércio sempre mais amplo, desenvolveram um artesanato variado e eficiente, construíram suas igrejas e edificaram uma vasta rede escolar de cunho nitidamente comunitário.

Simultaneamente surgiu e se desenvolveu entre os imigrantes uma atividade associativa variada, rica e diversificada. Foi a partir de 1850 que centenas de associações, de sociedades, de clubes aparecem no cenário em que se encontravam os imigrantes europeus no Brasil. Nestas associações, as pessoas simplesmente se encontravam para cultivar a amizade e a boa conversa, ou para promover esportes, a arte e a música ou para dar vida a iniciativas de assistência, de mútuo amparo e de promoção da saúde, ou para, enfim, pôr em marcha organizações destinadas a desenvolver projetos de maior envergadura.

A partir de 1891, entretanto, alguns fatores contribuíram para o aparecimento das primeiras cooperativas brasileiras: de um lado, a

Constituição Republicana de 1981 assegurou a liberdade de associação, e o Estado começou a legislar sobre associativismo rural; de outro lado, os graves problemas que caracterizaram a crise estrutural do fim do Império e começo da República levaram a recomendação do cooperativismo.

Contudo, Silveira (1992), relata que no que se refere ao surgimento das associações de agricultores no Brasil, pode-se destacar três movimentos históricos importantes causadores da multiplicação dessas associações no campo.

O primeiro movimento ocorre na década de 50, no seio das lutas dos agricultores nordestinos contra os grandes proprietários e usineiros. Como estratégia de luta, os agricultores constituíram as Ligas Camponesas e organizaram-se em associações como forma de contraposição ao processo de expropriação da terra e de exploração do trabalho.

Essas associações destinaram-se aos agricultores que, de alguma forma, tinham acesso a terra (posseiros, arrendatários, meeiros, etc) e cuja luta era principalmente contra os despejos, pelo aumento da renda, etc., culminando nas demandas por alterações pela posse e pelo uso da terra.

Essas primeiras associações tinham como finalidade o enfrentamento de dois problemas: um de ordem política, relacionado à ameaça de expulsão das terras, e outro de ordem econômica, que se refere à organização da produção e à obtenção de renda para a sobrevivência.

Um segundo movimento histórico importante que contribuiu para o surgimento de associações de agricultores foi proporcionado pelo próprio Estado em cooperação com organismos internacionais. Esse movimento aconteceu na segunda metade da década de 60 e se prolongou ao longo da década de 70. Trata-se dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado – PDRI.

Foi implantada nesses programas a visão expressa de que a organização dos agricultores deveria se concretizar através da constituição de associações comunitárias, através das quais os recursos financeiros seriam canalizados para os agricultores e a participação destes nos projetos seria facilitada.

Para se ter uma idéia da importância desse movimento para a multiplicação das organizações associativas no campo, somente em dois programas no estado da Bahia, foram criadas 867 organizações entre grupos de agricultores e associações comunitárias.

Um terceiro movimento que também tem se constituído em terreno fértil para o aparecimento de associações de agricultores são os movimentos sociais, principalmente aqueles ligados à questão da terra, na década de 80, onde atuam diversas organizações não governamentais e a Igreja.

As associações criadas no seio dos movimentos sociais são o resultado de muita discussão entre agricultores e técnicos assessores de entidades de apoio, além de ser fruto de um aprendizado coletivo adquirido no processo de luta pela terra e da luta contra a expropriação da renda. Dessa maneira, as associações têm se constituído, para esses

agricultores, em uma forma de resistência no processo de produção cada vez mais competitivo e seletivo.

Além desses três processos, pelos quais as associações de agricultores tiveram origem e vêm se multiplicando no Brasil, cabe ressaltar, ainda, o papel importante de alguns governos estaduais que também contribuíram para que as associações se ampliassem. Destacam-se, nesse sentido, duas iniciativas no sul do Brasil. Uma ocorreu no Rio Grande do Sul, na metade da década de 70, e estendeu-se até os anos 80, quando o governo estadual passou a incentivar os agricultores a se organizarem em grupos para desenvolver as atividades agrícolas cooperativamente, sendo estas, inicialmente, de mecanização, relacionadas à compra e à utilização em comum de máquinas e implementos.

O modelo de cooperação difundido no Rio Grande do Sul, através do governo estadual, foi o das Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica – APSAT, inspirado em uma experiência que teve a participação do Governo da Alemanha Ocidental e de uma agência denominada Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ, e que contou com o apoio financeiro do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

A outra iniciativa partiu do Governo de Santa Catarina, já nos anos 80, o qual passou a incentivar os agricultores a trabalharem cooperativamente no setor de suinocultura. O modelo de cooperação adotado foi o dos condomínios de suínos, que se constituem em associações de pequenos suinocultores destinadas a realizar em comum a fase mais delicada da atividade, ou seja, o período que

compreende a cobertura, a gestação, o parto e a amamentação dos leitões.

Hoje em dia, o associativismo é considerado um caminho para viabilização das políticas públicas empregadas no desenvolvimento rural. Praticamente, todos os programas de desenvolvimento vinculam a liberação dos créditos à existência de grupos de agricultores familiares, sem ter a preocupação de verificar o processo de formação destes grupos, simplesmente, impõe-se uma socialização que, muitas vezes, dificulta o processo associativo (Pelegri, 2003).

Sabemos que o associativismo é uma prática desempenhada pelos agricultores organizados, almejando benefícios comuns, que isolados não conseguiriam. Estes benefícios são de conhecimento de todos os agricultores, mas existem barreiras que impedem o desenvolvimento de formas associativas. Estas devem ser transpostas para atingir um estágio de cooperação na produção agrícola (Pelegri, 2003).

2.2 A importância do associativismo para os agricultores familiares na atualidade

Pensar que organizando formas de cooperação vai se enfrentar e mudar o capitalismo, é um pouco ingênuo, mas esperar também que o “novo” irá acontecer miraculosamente, é outro engano. Assim, precisamos ter certeza que criar novas formas de vida social não deve ser um processo de iniciativas isoladas, cada uma fechada em si mesma (Zamberlam & Froncheti, 1992).

O ato de organizar-se surge da incapacidade individual de resolver problemas que parecem ser superiores as habilidades ou aptidões dos indivíduos. A reunião de esforços daqueles que apresentam as mesmas deficiências, ou vivem situações semelhantes, torna-se uma forma eficaz com vistas a criar alternativas para o enfrentamento e a busca de soluções para as diversas distorções vigentes.

Na agricultura familiar, poder-se-ia denominar uma série de questões, as quais são possíveis ter seus efeitos minimizados a partir da organização dos agricultores familiares, pois, bombardeada pelas questões macro-políticas, vêm sendo ao longo dos anos submetida a uma verdadeira prova de resistência. A redução dos preços agrícolas, o emprego das modernas tecnologias de alto custo, uma assistência técnica insuficiente, uma educação precária, os poucos acessos aos programas de saúde, são apenas algumas das situações originalmente demandadoras de união de esforços. A prática organizativa reúne

assim as condições necessárias para a busca de um desenvolvimento integrado, com objetivos econômicos, sociais, ambientais, além de ser capaz de permitir a sustentabilidade do processo, bem como a inclusão de todos os indivíduos.

Dentre as diferentes modalidades organizativas, a constituição de associações de agricultores passou a ser bastante defendida e estimulada como alternativa na busca da solução de problemas comuns e melhoria das condições de vida. Elas conseguem atuar de forma mais localizada, possuindo também um arcabouço estrutural simples e enxuto, capaz de permitir uma maior facilidade para a gestão associativa. De acordo com Naves (1999), no campo, onde as precárias condições de vida dos agricultores familiares são bem conhecidas e onde, durante muito tempo, acreditou-se não ser possível à organização, grupos que poderiam ser classificados como organizações alternativas, mais comumente chamados de associações, tem proliferado e despertado a atenção de pesquisadores, exigindo uma nova abordagem para a sua compreensão.

Entende-se por associações de pequenos agricultores as entidades que agrupam um certo número de agricultores com interesses comuns, tendo como finalidade resolver seus problemas coletivos através de práticas solidárias. Esses problemas podem ser de ordem econômica, política e social (Silveira, 1992).

Diversas quanto aos objetivos, que vão da cooperação na produção coletiva, comercialização dos produtos agrícolas, compra conjunta de insumos, máquinas e implementos e seu uso, até as mais embrionárias formas de construção de espaços democráticos de ajuda

mútua e de procura de alternativas. Heterogêneas do ponto de vista de sua constituição, formais e informais, de caráter local ou microrregional revelam a complexidade da constituição do universo dos pequenos agricultores do Brasil (De Lanoy, 1992).

Esse universo de associações é descrito por Vela (1994), em “As Formas Associativas do Brasil Moderno”, onde relata a existência de várias formas associativas no Brasil, que vão desde: cooperativas tradicionais de modelo Rochedeleano, Centros de Integração e Troca de Experiências – CITES, Cantinas Comunitárias, Grupos de Produção Comunitária, Mutirões, Condomínios Rurais, Casas de Farinha, Sociedade da Vaca, Circulo de Máquinas, Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica – APSAT, Hortas Comunitárias, Grupos Alternativos Comunitários, Cooperativas Ecológicas, etc.

Reforçando o universo do associativismo entre os agricultores outro estudo de Vela *et alii* (2000), nos revela a existência de 285 associações de agricultores em 27 municípios dos 34 que compõem a região do COREDE-Centro/RS. Estas 285 associações foram classificadas em 4 grandes grupos: Associações de cooperação agrícola, Associações de reivindicação, Associações de desenvolvimento comunitário e Associações de bem estar social. Demonstrando assim, a diversidade do universo de associações existentes na atualidade, e desta maneira, revelando sua importância para estes agricultores associados.

Desta forma, muitas vantagens já são atribuídas ao associativismo, tornando este movimento de fundamental importância

principalmente para os agricultores familiares. Nos casos de compra coletiva de insumos e venda da produção, tem-se ganhos médios em torno de 20 a 30% (Silveira, 1992).

Nos aspectos de coeficientes técnicos de produtividade, os condomínios da região de Santa Catarina, comparativamente à média dos demais agricultores da região, elevaram o número de suínos terminados por porca/ano em 24%, melhoraram a conversão alimentar em 47%, o que levou à redução de 49% nos custos de produção por kg de peso vivo (Silveira, 1992). Por isso, em se falando especificamente de agricultura não se observa nada diferente. Se para o segmento das grandes propriedades o associativismo pode ser visto como uma das grandes alternativas para melhorar o desempenho econômico, para a agricultura familiar, poderia denominar uma série de outras questões que poderão ter seus efeitos minimizados a partir da organização. A redução dos preços agrícolas, a concorrência com produtos subsidiados na origem, o emprego das modernas tecnologias de alto custo, a insuficiência de capital, uma assistência técnica reduzida, uma educação precária, os poucos acessos aos programas de saúde, são apenas algumas das situações originalmente exigidoras de união de esforços (Silva, 2003).

Essas organizações procuram tomar iniciativas de cooperação que destinam-se explicitamente a superar a marginalidade em vários planos (técnico, econômico, político, social, etc.). Na verdade, as associações de agricultores têm se constituído em uma forma de resistência ao processo de produção cada vez mais competitivo e seletivo (Silveira, 1992). Busca-se, assim, transformar, através da

união, os pequenos agricultores dispersos, em uma força coesa, principalmente nas relações políticas e econômicas, especialmente nas esferas da comercialização (de insumos e produtos), do processamento primário (leite, frutas, verduras e carnes, principalmente), da prestação de serviços, etc.

De uma maneira geral, pode-se dizer que as associações de agricultores têm como finalidade enfrentar problemas de diferentes ordens: de ordem política, relacionado à exclusão da grande maioria dos agricultores dos processos decisórios, isto é, a busca de espaços de participação democrática; e de ordem econômica, e se refere à busca de formas de cooperação que se constituam em formas alternativas minimizadoras do processo de exclusão.

Scherer (1992), nos diz que esta forma maravilhosa de organização pode servir a qualquer linha de trabalho, a qualquer frente, pois ela existe para contribuir com qualquer atividade ou setor. O que notamos, é que o associativismo tem uma maior atuação no setor agrícola, ao menos até o momento este fato se dá, provavelmente, porque o setor rural necessita de uma maior e melhor estruturação e organização.

Poder-se-ia dizer, com bastante firmeza que o associativismo é o caminho para a solução dos problemas do meio rural, e a oportunidade maior para alcançar o êxito e o progresso. Se isoladamente as coisas são muito difíceis, então por que não se organizar de forma conjunta? Bem, esta é a função maior do associativismo para, desta forma, viabilizar melhor o setor nas suas diversas atividades (Scherer, 1992).

Para Barros (1994), a organização supõe as seguintes funções: tornar mais eficiente o esforço do grupo; aumentar o seu rendimento; diminuir o esforço de cada participante; dividir o trabalho ou as suas operações a serem realizadas; tornar um grupo mais integrado e estimular a interdependência dos indivíduos dentro da organização.

Sempre que alguém precisa realizar uma atividade para a qual é necessário recorrer ao concurso de outros, ou sempre que algumas pessoas notam que, se unirem suas forças, conseguirão fazer coisas que seriam impraticáveis se perseguidas por apenas uma delas, o resultado é uma organização (Oliveira, *apud* Silva, 2003).

Sendo assim, de acordo com Olivo (2000), esta forma de cooperação vem sendo recomendada por pesquisadores, técnicos e instituições ligadas a agricultura familiar, como a que deverá ser desenvolvida prioritariamente para promover o desenvolvimento das pequenas propriedades e comunidades rurais.

As formas associativas podem ser consideradas como uma tecnologia organizativa, uma ferramenta que o produtor pode utilizar para superar algumas limitações de tipo estrutural (Lombardo, *apud* Martinez 2001).

As experiências demonstram que a superação da marginalidade econômica é alcançada, basicamente, através de medidas que possibilitem a obtenção de escala no nível produtivo, no processo de comercialização dos insumos e dos produtos agrícolas, ou do incremento técnico (tanto pelo barateamento de insumos quanto pela mecanização coletiva, por exemplo) ou ainda, através do processamento próprio das matérias-primas agrícolas.

Esse tipo de organização possibilita aos pequenos agricultores uma escala operacional mais compatível com os padrões técnicos e econômicos capitalistas. De acordo com De Lannoy (1987), o êxito alcançado pela exploração conjunta de apenas certas etapas do processo produtivo, como no caso dos condomínios suinícolas, deve-se, em parte, à capacidade de fazer com que a mão-de-obra fique melhor ocupada.

Por isso, as associações podem ser um meio para racionalizar os altos custos e as exigências de escala da tecnologia moderna. Podem, inclusive, graças a sua racionalidade própria, tornar viáveis certos meios de produção simplesmente porque possibilitam, indiretamente, uma melhor ocupação e rentabilidade da força de trabalho disponível nas famílias (De Lannoy, 1987). A cooperação entre os pequenos agricultores se constitui, assim, numa alternativa concreta para a sobrevivência dos mesmos (Ciprandi, 1989).

Já Lombardo, *apud* Martinez (2001), enumera as seguintes vantagens do trabalho associativo: maior intercâmbio de idéias e experiências; maior objetivação na identificação de problemas e possíveis soluções; melhor organização do trabalho; incorporação de tecnologia que é inacessível a nível individual; melhor qualidade e oportunidade nas tarefas; aumento das entradas; melhor poder de negociação; melhor qualidade das condições de vida e melhor atividade social.

Segundo a OCB (1998), os pequenos agricultores, que normalmente apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho econômico, têm na formação de associações um

mecanismo que lhes garante melhor desempenho para competir no mercado.

Transformar a participação individual e familiar em participação grupal e comunitária se apresenta como uma alavanca, um mecanismo que acrescenta capacidade produtiva e comercial a todos os associados, colocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades. Troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum possibilita-lhes explorar o potencial de cada um e, conseqüentemente, conseguir maior retorno financeiro por seu trabalho.

É pelo sistema organizacional que o indivíduo aprende a coordenar, de maneira racional, o seu esforço com o esforço de seus semelhantes, para tornar mais eficiente a ação do grupo. Sem organização, os indivíduos em grupo podem desenvolver grandes esforços, mas com pouco rendimento. Desse modo, a organização supõe as seguintes funções: torna mais eficiente o esforço do grupo; aumenta o seu rendimento; diminui o esforço de cada participante; divide o trabalho ou as operações a serem realizadas; torna um grupo mais integrado e estimula a interdependência dos indivíduos dentro da organização (Barros, 1994).

Scherer (1992), relata alguns casos de utilização do associativismo em benefício do agricultor: Uma associação agrícola efetua compra, em escala, de um determinado produto, visando barganha no preço para, posteriormente, repassar o produto aos associados por um preço menor. Quanto maior a quantia a ser adquirida, menor será o preço, beneficiando a associação – que são os

próprios associados – tendo um produto mais barato. Mas, para aumentar esse benefício, é preciso que o maior número possível de associados adquiram esse produto através da associação.

Uma associação agrícola, através de uma máquina, presta serviço aos seus associados. Quanto maior o número de associados participantes desse projeto, melhor será o aproveitamento da máquina, diminuindo seus custos e, conseqüentemente, seus serviços serão mais baratos além de beneficiar um maior número de associados.

Percebe-se então, alguns dos possíveis benefícios do associativismo principalmente para os agricultores familiares, e desta forma buscamos neste estudo o porque de muitos agricultores familiares de Nova Palma, que são nosso universo de estudo, não se associarem em associações de cooperação agrícola.

CAPÍTULO III

3. O NÃO ASSOCIATIVISMO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVA PALMA: ANÁLISE DE RESULTADOS

Previamente a apresentação dos resultados, faz-se necessária uma rápida exposição da forma como foi conduzida a presente pesquisa, procurando seguir os objetos e a metodologia proposta. Primeiramente, elegeu-se uma amostra de 8 informantes qualificados, com o objetivo de levantar o universo de idéias em relação ao objetivo da avaliação e assim, construir as afirmações necessárias para desenvolver a metodologia proposta. A escolha destes informantes qualificados se deu objetivando enriquecer o universo de idéias, mas sem perder o foco do universo humano das pessoas que comporiam a amostragem de 32 agricultores. Para tanto, foram entrevistados, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o chefe do escritório municipal da Emater, um pesquisador da temática junto a UFSM, 4 agricultores não associados em associações e 1 agricultor associado. Estas afirmações, foram classificadas por 32 agricultores espalhados por 14 comunidades rurais do município, procurando abranger os 4 sistemas de produção existentes. Os agricultores foram escolhidos com base na indicação de informantes qualificados em

cada comunidade, tendo como critério estabelecido, não participar em associações de cooperação agrícola, além de ser agricultor familiar.

O trabalho de campo foi desenvolvido durante os meses de setembro e outubro do ano de 2003.

De maneira geral os resultados serão apresentados de forma a explicar a análise prévia que segue: no presente estudo encontra-se 3 tipologias de agricultores, os agricultores pertencentes a tipologia 1 são favoráveis ao associativismo, com certa variabilidade entre eles, representados pelos fatores A, C, E e B. Já, os pertencentes a tipologia 2 não são favoráveis ao associativismo e são representados pelos fatores G e H. Existe ainda, a tipologia 3 que apresenta os agricultores independentes ou ditos “encima do muro”, representados pelo fator D.

O que define que um agricultor pertença a uma tipologia é sua posição em relação ao associativismo, ser favorável ou não. Por exemplo, na tipologia 1 e 2 encontra-se 6 fatores, os quais são definidos pela posição de afirmações favoráveis ao associativismo dentro da grade de classificação analisadas através do programa PCQ.

No entanto, o fato de acreditar no associativismo não quer dizer que este agricultor seja associado a alguma associação, apenas o define como um pró-associativista, mas que por alguma causa não se associa. Por exemplo, um agricultor do fator A, é favorável em sua estrutura mental ao associativismo, não se associa por causas que constituem o objetivo do estudo.

A análise dos resultados é efetuada levando em conta as informações que provêm: a) das perguntas que estão contidas em cada grade, reforçadas pelas informações já existente de cada sistema de

produção e b) das saídas do programa, comparando para cada fator quais são as afirmações extremas que o define (-4, -3 e +3, +4).

a) Resultados das perguntas

Os entrevistados responderam um número reduzido de perguntas (quadro 01), pois já dispõe-se de uma série de informações provenientes do estudo dos sistemas produção, descritas no capítulo I.

Quadro 01 - Resultados das perguntas contidas na grade de classificação, por sistemas.

Sistema	Sexo	Localidade	Escolaridade
Sistema 1	M	Caemborá	1º grau
	M	Caemborá	5ª série
	M	Caemborá	5ª série
	M	Caemborá	1º grau
	M	Caemborá	1º grau
	M	Caemborá	1º ano 2º grau
	M	Linha do Soturno	1º grau
	M	Linha do Soturno	5ª série
Sistema 2	M	Felisberta	6ª série
	M	Pinhalzinho	4ª série
	M	Bugre	4ª série
	M	Bugre	4ª série
	M	Bugre	7ª série
	M	Bugre	1º grau
	M	Novo Paraíso	7ª série
	M	Gramado	5ª série
Sistema 3	M	Pinhalzinho	4ª série
	M	Pinhalzinho	4ª série
	M	Vila Cruz	2º grau
	M	Vila Cruz	1º grau
	M	Vila Cruz	1º grau
	F	Gramado	6ª série
	M	Novo Paraíso	1º grau
	M	Novo Paraíso	1º grau
Sistema 4	M	Bom Retiro	1º ano 2º grau
	M	São Cristóvão	4ª série
	M	São Cristóvão	5ª série
	M	Comércio	8ª série
	M	Comércio	8ª série
	M	Rincão dos Padilhas	4ª série
	M	Salete	6ª série
	M	Salete	5ª série

Esta informação permite ter uma idéia da amostra Q emergida em aspectos socio-demográficos. Para tais efeitos é que apresenta-se as mesmas. Não serve e não é intenção fazer extrapolações, no entanto, algumas considerações podem auxiliar na interpretação dos resultados do presente estudo.

De maneira geral, sabe-se que a escolaridade possui forte relação com o associativismo, ou seja, pessoas com maior escolaridade possuem melhor capacidade de entender a idéia de cooperação, e sendo assim, maior participação em associações. Pode-se entender isso como uma explicação ao fato de que os pequenos agricultores, menos escolarizados, possuem maior resistência ao associativismo.

Referindo-se aos dados acima, percebe-se que o número médio de anos de estudo dos agricultores entrevistados em cada sistema, é assim composto: sistema 1, 7 anos de estudo, sistema 2, 5,6 anos de estudo, sistema 3, 7 anos de estudo, sistema 4, 6 anos de estudo. Sendo que encontra-se os agricultores mais escolarizados nos sistemas 1, 3 e 4 pode-se esperar então, uma relativa maior participação destes agricultores familiares em associações.

b) Resultados da análise fatorial

Das entrevistas realizadas surgiram 32 afirmações (Anexo C). As mesmas foram utilizadas para fazer a classificação Q a 32 indivíduos. Deste total, 8 eram agricultores pertencentes ao sistema 1, 8 ao sistema 2, 8 ao sistema 3 e 8 ao sistema 4.

De posse das grades devidamente preenchidas, trabalhou-se os dados no programa de computador para assim extrair a análise

fatorial, uma vez realizada essa análise e obtido os fatores originais, procedeu-se a aplicação dos métodos de rotação, a fim de obter o maior ajuste para os dados; isso permite que as pessoas tenham a máxima correlação possível com o fator ao qual pertencem, e que as correlações entre os fatores sejam as mínimas possíveis, a rotação então facilita a interpretação dos resultados.

Neste estudo, foram utilizados os dois métodos mais amplamente adotados pelos investigadores Q, a *Rotação Aplicada* e a *Rotação Varimax*. A rotação varimax procede de acordo a critérios matemáticos, a rotação aplicada procede de acordo com critérios estabelecidos pelos pesquisadores ou avaliadores (por exemplo, rotar por sistemas, como foi utilizado neste estudo). A rotação varimax tem menos flexibilidade que a rotação aplicada.

Como nos referimos anteriormente, neste estudo foram empregados ambos os métodos, porém sempre se recomenda antes de usar a rotação aplicada fazer a rotação varimax, com o objetivo de comparar as mudanças que a rotação aplicada pode estabelecer. Muitas vezes, os resultados são similares, conforme o que ocorreu neste estudo.

A rotação aplicada, neste caso, foi efetuada utilizando os sistemas de produção como critérios básicos para efetuar a rotação, sendo os resultados muito semelhantes a rotação varimax.

Os 7 fatores resultantes, incluem 26 dos 32 participantes originais, 81% do total, o que se considera um resultado muito positivo, já que, a bibliografia sugere em geral que 60% a 70% se constitui em fatores (Fairweather, 2001). Estes fatores, explicam os

80% da variabilidade presente na matriz de correlações de 32x32 obtida. Os outros 6 agricultores entrevistados não apresentam correlação com nenhum destes 7 fatores.

Isso significa que 80% da variabilidade do comportamento dos indivíduos é atribuído aos 7 fatores determinados.

No presente estudo encontra-se 3 tipologias de agricultores. Cada tipologia está formada por vários fatores (exceto a tipologia 3).

Os agricultores pertencentes a tipologia 1 são favoráveis ao associativismo, com certa variabilidade entre eles, representados pelos fatores A, C, E e B. Já, os pertencentes a tipologia 2 não são favoráveis ao associativismo e são representados pelos fatores G e H. Existe ainda, a tipologia 3 que apresenta os agricultores independentes ou ditos “encima do muro”, representados pelo fator D.

3.1 Tipologia 1: Favorável ao associativismo

Os 4 fatores (A, C, E, B) que se apresentam são favoráveis, com algumas diferença, ao associativismo. Possivelmente o A crê “mais” e o B “menos”, dentro deste espaço favorável ao associativismo. Crer menos deve entender-se como que o associativismo é visto desde uma perspectiva realista, admitindo que não pode solucionar todos os problemas, nem depende do governo. Os Sistemas que aparecem representados nesta tipologia são essencialmente o 4, o 3 e o 1.

De uma maneira geral a lógica desta tipologia pode ser assim apresentada, o fator A está mais preocupado com a eficiência das associações, poder gerar dinheiro a partir do trabalho em conjunto, em

outras palavras, possui uma visão econômica da associação. Já os fatores C e E estão mais preocupados em interagir com entidades de apoio e a cooperativa, ou seja, apresenta uma visão mais social. A eficiência das associações se obtém aqui por uma maior interação entre organizações.

Por outro lado, o último fator (B), pode ser visto como uma transição entre a tipologia favorável e não favorável, com maior tendência a participação.

Tais análises tomam como base as afirmações que seguem, bem como a descrição geral dos fatores.

Esta tipologia faz ênfase em:

- Se demonstrarmos que trabalhando juntos ganhamos dinheiro, os agricultores participariam mais nas associações;
- Se os objetivos são claros as associações solucionam muitos problemas;
- As associações não podem solucionar todos os problemas;
- As associações possuem má fama, mas é um exagero dizer que não servem.

Fazer ênfase a estas afirmações quer dizer que, as mesmas aparecem em mais de um fator pertencente a esta tipologia.

A visão desta tipologia, é que os agricultores consideram as associações como empresas econômicas, devem gerar lucro (ganho financeiro). Obviamente devem então ter objetivos claros, formulados nesta linha de trabalho. A má fama das associações pode relacionar-se ao fato delas não servirem desde o ponto de vista econômico. Se as

associações solucionam estes aspectos servem, e as pessoas participariam mais das mesmas.

Esta tipologia faz ênfase em que não crêem que:

- O associativismo não dá certo;
- Quem tem que organizar as coisas é o governo, não depende de nós.

Estas afirmações significam, em outras palavras, que os agricultores pertencentes a esta tipologia não acreditam que o associativismo não dá certo. Além disso, não é o governo quem tem que organizar as coisas, mas sim, depende de cada um de nós.

Estes resultados são coerentes com os anteriores, já que, a visão empresarial desta tipologia se reafirma no feito de que o associativismo serve e depende das próprias pessoas.

Na tentativa de explicar os motivos pelo qual aparecem representados os sistemas 4, 3 e 1 nesta tipologia, pode-se, baseado nas afirmações enfatizadas acima, dizer que, se está diante das características de agricultores com uma visão mais capitalista e firme na realidade que os move, já que, a participação depende, do maior ganho financeiro, objetivos claros, e além do mais, as associações não solucionam todos os problemas. Se nos reportarmos para a realidade destes sistemas, encontra-se aí os agricultores mais capitalizados.

A lógica destes sistemas inclui o entendimento do associativismo como importante para os agricultores, no entanto, segundo as afirmações dos agricultores entrevistados, é necessário a demonstração de ganhos financeiros para que os agricultores se associem.

Outro fator que se confirma é a escolaridade como determinante da participação em associações, já que, é nos sistemas 1, 3 e 4 que encontra-se a maior média de anos de estudo, ao mesmo tempo que possuem maior entendimento do associativismo.

Nos quadros apresentados na seqüência, o termo **negativos** se refere aqueles itens que a critério dos indivíduos que pertencem ao fator em questão, estão mais em desacordo e que correspondem as classificações -4 e -3 da grade, ou seja, não é desta forma que os indivíduos em questão pensam.

Os que aparecem como **positivos**, são pelo contrário, aqueles em que os indivíduos que pertencem ao fator em questão estão em maior acordo, correspondendo às classificações +4 e +3 da grade, ou seja, é desta forma que os indivíduos que pertencem a este fator pensam.

Quadro 02 - Fator A

Negativos	Positivos
-4 Afirmação 8: O associativismo não dá certo.	+4 Afirmação 13: O individualismo de cada pessoa impede o processo associativo.
-3 Afirmação 16: Quem tem que organizar as coisas é o governo, não depende de nós.	+3 Afirmação 9: Se demonstrarmos que trabalhando juntos ganhamos dinheiro, os agricultores participariam mais nas associações.
-3 Afirmação 25: No grupo de associados não há um entendimento entre si. Além disso, sempre há conflitos político partidários.	+3 Afirmação 22: As associações não fracassaram são as pessoas que não se adaptam a esta forma de trabalho.
-3 Afirmação 28: Outras associações que se formaram fracassaram, para que formar uma associação agora.	+3 Afirmação 32: As associações possuem má fama, mas é um exagero dizer que não servem.

Os indivíduos que pertencem ao fator A, crêem na associação, eles estimam que é a atitude das pessoas que gera o fracasso. Ou seja, não depende do Estado o êxito, depende das pessoas.

As associações devem ter objetivos econômicos e gerar lucro, neste caso aumentaria a participação, ainda que hajam pessoas que nunca participariam por motivos psicossociais (o individualismo faz com que não se adaptem a esta forma de trabalho).

Este fator engloba 11 dos 32 agricultores (34.4%), explica 23% da variação nas respostas. Dos 11 agricultores, 6 pertencem ao sistema 4, o que indicaria uma forte presença do mesmo no fator.

O sistema 4 sofre na atualidade forte influência do sistema 3, já que, a maioria dos agricultores do sistema 4 são oriundos deste sistema, quer seja, como arrendatários ou novos proprietários. Por isso, recentemente, com o avanço da cultura da soja, este sistema já está praticamente incorporado pelo sistema 3, seguindo portanto a sua lógica, ou seja, a lógica de associar-se com finalidades apenas lucrativas.

Este fator, apresenta uma correlação alta e positiva⁹ com o fator C (0.68) e correlações altas e negativas com os fatores G e H. Isto implica que, há bastante acordo com o fator C e que são opostos as opiniões de G e H.

Quer dizer que, a distribuição -4, -3 a +3, +4, está muito parecida com o fator C (a escala vai de 0 a 1), por isso, fazem parte da mesma

⁹ Em Estatística é geralmente difícil falar de correlações baixas ou altas. Para este trabalho em particular, são consideradas correlações significativas àquelas maiores que 0.46. Ou seja, todas as correlações maiores deste valor, tanto positivas como negativas, são consideradas significativas.

tipologia. Por outro lado, possui correlação negativa com os fatores G e H justificando o fato de estarem em tipologias distintas.

Pode-se visualizar o exposto tomando em conta as afirmações presentes no fator A e no fator C.

Quadro 03 - Fator C

Negativo	Positivo
-4 Afirmação 8: O associativismo não dá certo.	+4 Afirmação 15: Juntos podemos fazer coisas, separados não teremos futuro.
-3 Afirmação 3: Nunca pensei em me associar com alguém.	+3 Afirmação 9: Se demonstrarmos que trabalhando juntos ganhamos dinheiro, os agricultores participariam mais nas associações.
-3 Afirmação 16: Quem tem que organizar as coisas é o governo, não depende de nós.	+3 Afirmação 11: Para que ocorra o associativismo há necessidade de mais apoio das entidades, sozinhos não podemos.
-3 Afirmação 30: Para que formar associações se nunca necessitamos.	+3 Afirmação 14: Se os objetivos são claros as associações solucionam muitos problemas.

O fator C poderia definir-se como um pró-associativista, que faz ênfase na necessidade de apoio ao sistema. Para o fator A as associações dependem das pessoas, já para este fator as associações dependem da interação e apoio das entidades.

Dentro deste fator, encontramos 6 agricultores (18.8%) dos quais 4 pertencem ao sistema 3 e os outros dois ao 1 e 2 respectivamente. Isso mostra os sistemas 3 e 4 bastante ligados a uma perspectiva positiva com respeito as associações.

O sistema 3, é onde estão os agricultores com maior participação no entorno social, seja em conselhos da cooperativa, conselhos municipais, ou em outras instâncias da sociedade civil organizada, esta participação lhes dá um melhor entendimento dos problemas e da realidade que os cerca. Além disso, é onde estão as maiores propriedades (compraram ou arrendaram áreas em outros municípios), conduzindo estas de forma empresarial, ou seja, com um bom controle contábil.

Já a referência aos sistemas 1 e 2, deve ser explicado em função da diversidade das opiniões dos agricultores de um mesmo sistema. Para explicar melhor seria necessário verificar as características dos agricultores em questão, e sendo assim, buscar uma resposta a sua opinião.

Este fator explica uns 22% da variação, está correlacionando positivamente com A (0.68).

Quadro 04 - Fator E

Negativo	Positivo
-4 Afirmação 13: O individualismo de cada pessoa impede o processo associativo.	+4 Afirmação 24: As associações deveriam interagir com a cooperativa, fazendo o que a cooperativa não podem fazer.
-3 Afirmação 8: O associativismo não dá certo.	+3 Afirmação 1: Apesar de que o governo ajude é difícil que os agricultores trabalhem juntos.
-3 Afirmação 18: Mesmo que fosse possível aumentar os preços dos produtos, ainda assim não estou seguro que as associações valem a pena.	+3 Afirmação 10: As associações não podem solucionar todos os problemas.
-3 Afirmação 31: Alguns associados sempre irão tirar maior proveito que outros. Em uma associação a diretoria desvia dinheiro ou tem outros benefícios.	+3 Afirmação 14: Se os objetivos são claros as associações solucionam muitos problemas.

O fator E apresenta 2 agricultores (6%) e explica 8% da variação, ambos agricultores pertencem ao sistema 1. Os indivíduos que pertencem a este fator poderiam considerar-se pró-associativismo, mas com uma certa dose de realismo (O associativismo não pode resolver todos os problemas; é necessário interagir com a cooperativa). Este fator apresenta uma correlação de 0.59 com o fator C.

Para o fator A, o êxito das associações depende somente das pessoas, para o fator C depende da interação das pessoas com entidades de apoio, e para este fator, as associações devem interagir com a cooperativa. Ou seja, o fator C e E crêm mais na interação das associações, atuando em um conjunto maior, enquanto que o fator A é

menos “social” neste sentido, com maior ênfase aos aspectos internos da associação (sua orientação é gerar lucro).

O sistema 1, por sua vez, é composto basicamente por pequenos e médios orizicultores, os quais, conseguiram ao longo dos anos capitalizar-se, no entanto, a sua maioria não consegue ampliar área por falta de terras favoráveis nas proximidades. Alguns, partiram para o cultivo da soja em outros municípios, seguindo de certa forma a lógica dos agricultores do sistema 3.

Além disso, como em todos os demais sistemas, há uma forte influência da CAMNPAL. O sistema 1, provavelmente seja o de maior influência, pois, em Caemborá, localidade em que encontra-se a maior parte dos agricultores deste sistema há uma filial da cooperativa, que por estar distante das cidades de Dona Francisca e Nova Palma, faz com que o agricultor seja dependente da mesma. Ainda há o fato de que a cultura do arroz é basicamente assistida pela cooperativa e o produto final também é adquirido pela mesma, o que vincula diretamente o agricultor.

Quadro 05 - Fator B

Negativos	Positivos
-4 Afirmação 21: A diversidade de produtos cultivados dificulta a formação de uma associação.	+4 Afirmação 10: As associações não podem solucionar todos os problemas.
-3 Afirmação 17: O problema não é o individualismo, falta quem nos ajude a agruparmos.	+3 Afirmação 1: Apesar de que o governo ajude é difícil que os agricultores trabalhem juntos.
-3 Afirmação 26: As associações trabalham bem, mas não é suficiente já que o problema é a falta rentabilidade do que produzimos.	+3 Afirmação 20: Independentemente do cultivo as associações beneficiam o agricultor.
-3 Afirmação 28: Outras associações que se formaram fracassaram, para que formar uma associação agora.	+3 Afirmação 32: As associações possuem má fama, mas é um exagero dizer que não servem.

O fator B, está determinado por um só agricultor (3%) que corresponde ao sistema 3 e explica 4% da variação. A opinião do fator B é bastante ambígua, por um lado, considera que o associativismo não pode solucionar todos os problemas e, por outro, diz que beneficia o agricultor. Este fator tem correlação 0.50 com o fator G e de 0.51 com o fator H.

Este fator, provavelmente está fazendo referência a um daqueles agricultores que se pode chamar de encima do muro, pois, às vezes é favorável ao associativismo, às vezes é contrário, dependendo das conveniências do momento. Se caracteriza por ser um fator que esteja em transição entre a tipologia 1 e a tipologia 2.

3.2 Tipologia 2: Não associativista

Os 2 fatores (G, H) que se apresentam não são favoráveis ao associativismo. Não há matizes de diferença nesta atitude. O sistema que aparece representado em essência é o 2.

Acredita-se que neste sistema, por ser composto pelos menores agricultores familiares do município, possuem uma maior influência de programas governamentais de fomento ao associativismo, que em sua maioria possuem um histórico de projetos precipitados, não obtendo sucesso. Por isso, o associativismo não é visto com muita credibilidade, mesmo sendo, segundo estudos de Marin (2000) o sistema com a maior presença de grupos associados. O que ocorre é o fato de que a necessidade momentânea e as oportunidades de programas do governo os obriguem a formar associações, mas, assim que seja possível, cada qual se torna individual.

Além disso, ocorre neste sistema uma grande influência de relações parentais e de vizinhança, no empréstimo de máquinas, equipamentos, e até na troca de mão-de-obra, que de certa forma se caracteriza como associativismo, mas que não é visto como tal pelos agricultores envolvidos, já que não possuem regras e objetivos claros como em uma associação mais formal.

Estes fatores fazem ênfase em:

- O associativismo não dá certo.
- Já me associei, mas depois que consegui o que eu queria cai fora.
- Para que formar associação se nunca necessitamos.

Mais que questionar o associativismo, estes fatores entendem que não tem necessidade de “usá-lo”, e se existe essa necessidade, logo que utilizam os serviços, “caem fora”.

Quadro 06 - Fator G

Negativos	Positivos
-4 Afirmação 10: As associações não podem solucionar todos os problemas.	+4 Afirmação 8: O associativismo não dá certo.
-3 Afirmação 13: O individualismo de cada pessoa impede o processo associativo.	+3 Afirmação 16: Quem tem que organizar as coisas é o governo, não depende de nós.
-3 Afirmação 14: Se os objetivos são claros as associações solucionam muitos problemas.	+3 Afirmação 29: Já me associei, mas depois que consegui o que eu queria cai fora.
-3 Afirmação 25: No grupo de associados não há um entendimento entre si. Além disso, sempre há conflitos político partidários.	+3 Afirmação 30: Para que formar associação se nunca necessitamos.

O fator G engloba 2 agricultores que pertencem ao sistema 2 (6%), explica 6% da variação. Sua correlação é negativa e alta com todos os fatores, exceto com B (0.50) e com H (0.62).

Quadro 07 - Fator H

Negativos	Positivos
-4 Afirmação 25: No grupo de associados não há um entendimento entre si. Além disso, sempre há conflitos político partidários.	+4 Afirmação 8: O associativismo não dá certo.
-3 Afirmação 7: A cooperativa é forte no município ela faz muitas coisas que a associação faria, então a associação é dispensável.	+3 Afirmação 3: Nunca pensei em me associar com alguém.
-3 Afirmação 20: Independentemente do cultivo, as associações beneficiam o agricultor.	+3 Afirmação 29: Já me associei, mas depois que consegui o que eu queria, cai fora.
-3 Afirmação 26: As associações trabalham bem, mas não é suficiente já que o problema é a falta de rentabilidade do que produzimos.	+3 Afirmação 30: Para que formar associação se nunca necessitamos.

O fator H possui dois agricultores correspondentes ao sistema 2 e 3 respectivamente, explica 7% da variação e apresenta da mesma forma que G, correlações negativas e altas com todos os fatores exceto B (0.51) e G (0.62).

3.3 Tipologia 3: “Independente”

Esta tipologia é a mais difícil de interpretar. Em essência é mais próxima a associar-se, mas apresenta ambigüidades ou contradições nesta atitude.

Quadro 08 - Fator D

Negativos	Positivos
-4 Afirmação 16: Quem tem que organizar as coisas é o governo, não depende de nós.	+4 Afirmação 25: No grupo de associados não há um entendimento entre si. Além disso, sempre há conflitos político partidários.
-3 Afirmação 5: Não dá para formar associação pois, não temos certeza que o produto vai ter mercado e preço.	+3 Afirmação 13: O individualismo de cada pessoa impede o processo associativo.
-3 Afirmação 30: Para que formar associação se nunca necessitamos.	+3 Afirmação 23: Sempre pensei em me associar para produzir melhor e ter amigos.
-3 Afirmação 31: Alguns associados sempre irão tirar mais proveito que outros. Em uma associação a diretoria desvia dinheiro e ou tem outros benefícios.	+3 Afirmação 24: As associações deveriam interagir com a cooperativa, fazendo o que a cooperativa não pode fazer.

A ambigüidade pode ser observada analisando a afirmação 31 (-3) e a afirmação 25 (+4). Por um lado, falam que não há entendimento, por outro, que não há problemas (desvio de dinheiro, maior proveito de alguns associados). Este fator apresenta certos pontos de contato com o último fator da tipologia 1.

O fator D apresenta 2 agricultores que pertencem ao sistema 4, e explica 7% da variação. É o único que apresenta um item que o distingue do resto, o item 25 o que lhe dá a máxima hierarquia positiva. Não apresenta correlação significativa com nenhum dos outros fatores o que lhe torna bastante especial.

Estas características do fator D, de ser o único que não apresenta correlações e que, além disso, possui uma afirmação que o diferencia

dos demais, são características desejáveis aos efeitos de diferenciar fatores.

3.4 Elementos para uma estratégia de extensão

Busca-se, a partir dos resultados obtidos extrair conclusões e recomendações para desenvolver estratégias de extensão. As mesmas se relacionam com favorecer a participação dos agricultores nas associações. Ou seja, propor estratégias para superar as causas do não associativismo entre agricultores familiares do município de Nova Palma. O quadro 09 desenvolve para cada tipologia a provável razão de não participação, e alternativas de ação (pontos chaves da estratégia).

Quadro 09 - Razões para não participar e estratégias de ação por tipologia.

Tipologia	Razões de não participação	Pontos chaves da estratégia
1) Favorável ao associativismo (A, C, E, B)	<p>a) <u>Características da personalidade das pessoas:</u> O individualismo; as pessoas que não se adaptam a esta modalidade de trabalho;</p> <p>b) <u>Características do funcionamento das associações:</u> As associações não possuem objetivos claros.</p>	<p>Demonstrar para os agricultores que o processo associativo possui vantagens econômicas para eles.</p> <p>Trabalhar junto procurando: a) que as associações tenham objetivos claros relacionado com aspectos econômicos; b) interagir com a cooperativa e buscar outros apoios.</p>
2) Não favorável ao associativismo. (G, H)	<p>a) <u>Características da personalidade das pessoas:</u> Não sentem a necessidade de formar associação; Não acreditam que o associativismo possa dar certo.</p> <p>Se desenvolvem uma conduta de participação é de forma transitória (uma vez que conseguem o que querem caem fora).</p> <p>Possuem atitudes favoráveis a que seja governo quem tem que organizar as coisas.</p>	<p>Já que não são favoráveis ao associativismo temos que pesquisar as necessidades que possuem e ver se associações podem atender as mesmas.</p>
3) Independente (D)	O individualismo das pessoas e os conflitos que existem nas associações.	Utilizar estratégias similares a tipologia 1.

A estratégia de extensão deve ser focalizada, a começar pela tipologia 1, que é a mais favorável ao associativismo. Pois, é a única tipologia que possui em suas respostas elementos concretos para desenvolver a estratégia, além de mencionar aspectos do funcionamento das associações que deveriam mudar para seu melhor funcionamento.

Ao desenvolver a estratégia para a tipologia 1, é provável que pessoas cujas visões sejam pertencentes a tipologia 2 ou três, possam ser “incluídas” e começar a participar em associações. A pressão social atuará como uma motivação adicional. Mas, a estratégia para a tipologia 1 possui limites, ou seja, nem todos os agricultores das outras tipologias vão participar. Aqueles que não sentem os aspectos econômicos como determinantes não participarão. Por isso, é necessário novas pesquisas para determinar as necessidades que esses agricultores apresentam, e ver que serviços podem desenvolver as associações para satisfazer essas necessidades, quem sabe, não sejam associações às entidades apropriadas para atender as demandas dos agricultores destas tipologias (2 e 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais aqui apresentadas, não possuem a pretensão de esgotar o assunto, nem ser verdade absoluta, mas sim contribuir com o tema proposto.

No entanto, o presente estudo tem a pretensão de traçar estratégias de ação para superar as causas do não associativismo entre agricultores familiares do município de Nova Palma. Entretanto, com que tipologia será mais favorável começar o trabalho de extensão? Certamente com aquelas que sentem a necessidade de que existam as associações, porque sabem que as mesmas solucionam muitos problemas, mas não todos (tipologia 1 e 3). A tipologia 2 será a mais difícil de abordar porque não está convencida da utilidade das associações. Justamente é a que reclama para que o governo as organize, e ainda assim, os agricultores participariam de forma parcial, pouco comprometida, somente para satisfazer necessidades do momento.

A lógica da tipologia 1, resumidamente se caracteriza pelo seguinte: “juntos podemos”, a pesar de que o individualismo é um problema, depende de nós basicamente (e dos apoios que se pode conseguir se nos organizamos); possuem uma finalidade econômica. Já a lógica da tipologia 2, segundo os agricultores: as associações não beneficiam nem dão certo, então para que formar pelos agricultores, que o governo o faça; possuem uma finalidade utilitária (conseguir o que um quer e abandoná-la). Por outro lado, a lógica da tipologia 3 nos leva as seguintes considerações: as associações servem, a pesar do

individualismo e dos conflitos que são gerados; tem sentido que os agricultores as formem; possuem uma finalidade econômica e social.

Um ponto importante para planejar a estratégia de atuação é o que se relaciona com a importância que cada uma destas tipologias de fatores possuem no conjunto dos agricultores do município. Quer dizer, quantos agricultores correspondem a tipologia 1, 2, e 3. Desta maneira se obtêm a relevância de cada grupo no conjunto maior, e isso sem dúvida condiciona a estratégia de extensão. A tais efeitos se deveria fazer uma enquete utilizando informações deste trabalho para poder identificar a relevância de cada grupo. Esta tarefa é uma das recomendações que surgem da presente avaliação, como futura linha de trabalho.

Desta forma, as causas do não associativismo entre os agricultores familiares do município de Nova Palma, se concentram principalmente em dois grandes pontos: a) Características da personalidade das pessoas, e b) Características do funcionamento das associações.

Em relação às características da personalidade das pessoas, cabe mencionar os seguintes aspectos: o individualismo, inerente as pessoas, a pouca motivação por associar-se (não é vista como uma necessidade), e a atitude favorável a que seja o Governo quem se encarregue de organizar os agricultores (atitude fatalista).

Enquanto, em relação às características do funcionamento das associações são mencionados os seguintes aspectos: falta de objetivos claramente estabelecidos (relacionados com o econômico), falta de

entendimento e conflitos entre os associados, e falta de interação entre associações e cooperativas ou outras entidades de apoio.

Já para a tipologia 2, é necessário efetuar mais pesquisas a fim de propor estratégias de acordo com suas necessidades, já que, não se apresentam favoráveis ao associativismo.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, S. M. P. **Eles: a cooperativa;** um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba; Projeto, 1982. 215p.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Estudo da situação do município de Nova Palma - RS.** Nova Palma. 2002. p.1-20 “não-paginado”. mimeografado.

BACH, C. L. **A cooperação agrícola como estratégia de reprodução da agricultura familiar do Oeste Catarinense:** O município de Saudades. 2001. 193p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

BAETA NEVES, C. E. & CORRÊA, M. B. (Org.). **Pesquisa social empírica:** métodos e técnicas. Cadernos de Sociologia/Programa de pós-graduação em sociologia, Porto Alegre. v.9, 1998. p.7-9

BARRIOS, J. J. P. **A participação no cooperativismo agrícola:** Estudo de caso na cooperativa agrícola de Jaguari – Jaguari - RS. 1995. 157p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1995.

BARROS, E. V. **Princípios de ciências sociais para a extensão rural.** Viçosa: UFV, 1994. 715p.

BOGARDUS, E. S. **A evolução do pensamento social.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965. 303p.

BROWN, S. R. **Political subjectivity: Applications of Q methodology in political science.** New Haven, CT: Yale University Press. 1980.

BROWN, S. R. **Empowerment as subjective operant.** Encuentro sobre medición de empoderamiento. Conferencia efectuada en el Banco Mundial en 4-5 de febrero de 2003. Washington DC.

CADONÁ, L. A.; VELA, H. A. G. Os pequenos produtores familiares e a cooperação agrícola. **Revista do DEAER – CPGEExR – UFSM.** Ano II nº.02, jan-dez. 1994. p.79-110.

CAMPOS, G. L. R. **Cooperativismo agrário e integração econômica: a agricultura familiar no Mercosul.** Passo Fundo: Ediupf, 1998. 151p.

CIPRANDI, O. **Implicação da cooperação na pequena produção.** PTA/FASE. 1989.

DE LANOY, C. **Gestão de fundos rotativos.** Rio de Janeiro. AS-PTA, 1992.

DEMO, P. **Cidadania Pequena:** fragilidade e desafios do associativismo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. – (coleção polêmicas do nosso tempo; 80).

HEGEDÛS, P.; MORALES, H. **Algunas consideraciones sobre el enfoque sistémico y su importancia para la Extensión.** Extensão Rural, DEAER/CPGExR, CCR, UFSM, Ano III, Jan-Dez, 1996, p.61-70.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo da população 2000.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em : 10 de mai.2001.

FAIRWEATHER, J. R. **Factor stability, number of significant loadings, and interpretation:** Evidence form three studies and suggested guidelines. Operant Subjectivity. 2001. p.37-58.

FIALHO, J. R. D. **Acción colectiva y asociacionismo en la agricultura del Rio Grande do Sul, Brasil.** (tesis doctoral). Córdoba, España, 1994.

LAGO, A. **Caracterização das associações de agricultores da região do COREDE-Centro/RS.** Relatório de Iniciação Científica – CNPq. Santa Maria, 1998.

LAZZAROTTO, J. J. **O associativismo como estratégia para melhorar os sistemas de produção: estudo de caso em uma associação de produtores rurais do município de Pato Branco**

(PR). In: 5.º Seminário Estadual de Administração Rural. 2000, Itajaí. Anais... Itajaí.

MAGUELONNE, T. S. **Historia natural y moral de los alimentos:** la carne, productos lácteos y cereales. Madrid, Alianza Editorial. 1987, v.2.

MATÍNEZ. G. R. **El asociativismo como factor de éxito y limitaciones.** IN: Agroecología e desenvolvimento rural sustentável. v.2 nº2 abr/jun. 2001.

MAGER, R. F. **Goal analysis.** Belmont, California: Fearon. 1972.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80p.

MARIN, M. Z. **As transformações no espaço agrário e seus reflexos na agricultura familiar e na sustentabilidade ambiental em Nova Palma, RS.** 2000. 205f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

NAVES, F. L.; GOMES, M. A. O. **A construção social da organização:** um estudo sob a perspectiva dos agricultores. IN: V Congresso Brasileiro de Administração Rural, Belo Horizonte, 1999. Anais.

NIREMBERG, O.; BRAWERMAN, J.; RUIZ, V. **Evaluar para la transformación:** Innovaciones en la evaluación de programas y proyectos sociales. Buenos Aires: Paidós, 2000. 224p.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Associativismo**, Brasília, 1998, 33p.

OLIVO, C. J. **Sustentabilidade de condomínios rurais formas por pequenos agricultores familiares: análise e proposta de modelo de gestão**. 2000. 257f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

OLIVEIRA, N. B. de. **Cooperativismo: guia prático**. Porto Alegre: Fundação para o desenvolvimento dos Recursos Humanos, 1979. 273p.

PELEGRINI, G. **Estudo dos fatores condicionantes do processo de formação e atuação das associações de agroindústria familiar: O caso do município de Palmitinho-RS**. 2003, 155f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo Brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1982. 272p.

PINHO, D. B. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977. 177p.

QUIJANDRIA, B.; MONARES, A.; UGARTE, P. M. R. **Hacia una región sin pobres rurales**. FIDA, División de América Latina y el Caribe. Santiago, Chile: Lom Ediciones. 2000. 143p.

ROESE, M. A metodologia do estudo de caso. In: Baeta Neves, C. E. & Corrêa, M. B. (Org.). **Pesquisa social empírica: métodos e técnicas**. Cadernos de Sociologia/Programa de pós-graduação em sociologia, Porto Alegre. v.9, 1998. p.189-200.

RUDIO, F.V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 20° ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

RUSS-EFT, D. & PRESKILL, H. **Evaluation in organizations**. A systematic approach to enhancing learning, performance and change. Cambridge, Massachusetts: Perseus Publishing. 2001.

SCHERER, L. P. **Associativismo e Desenvolvimento Agrícola**. Giruá, Gráfica Giruense Ltda, 1992.

SCHIMDT. D. **Cooperativa de produção industrial: uma nova relação capital trabalho**. 2001. 153f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

SCHNEIDER, J. O. **As Origens do Cooperativismo Moderno**. In: **Compêndio de Cooperativismo UNIMED**, Porto Alegre, 1998, p.21-34.

SPANEVERELLO, R. M. **Jovens rurais do município de Nova Palmares: situação atual e perspectivas**. 2003, 130f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

SPONCHIADO, B. A. **Imigração & Quarta Colônia: Nova Palma & Pe. Luizinho.** Santa Maria: Palotti, 1996. 352p.

SPERRY, S. (Org.) **Organização de produtores.** Brasília: EMBRAPA, 1999. 166p. (Agricultura Familiar, 3)

SILVA, G. P. **As associações de produtores rurais do município de Jarí-RS: contextualização histórica e perspectivas.** 2003, 195f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

SILVEIRA, T. L. N. da. **Organizações de associações.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1992. 35p.

STEPHENSON, W. **Independency and operationism in Q-sorting.** Psychological Record. v.13, 1963. p.269-272.

STEPHENSON, W. **The study of behavior: Q technique and its methodology.** Chicago: The University of Chicago Press. 1953.

VELA, H., NEUMANN, P., LAGO, A. OLIVEIRA, A. E. de, PELLEGRINI, G. Caracterização das associações de agricultores da região do COREDE – Centro / RS. **Revista Perspectiva Econômica**, v.35, n.111, 2000. p.95-110.

VELA, H. **As formas associativas do Brasil moderno.** IN **Cooperativismo e Desenvolvimento Rural e Urbano.** São Leopoldo: CEDOPE-UNISINOS. Série Cooperativismo. Ano 6. n.12, 1994. p.32-45.

VELA, H. A. G.; AMARAL, L. M. B. **Educação Ambiental: a utopia possível.** Cruz Alta: Centro gráfico UNICRUZ, 2002. 138p.

YIN, R. K. **The case study method as a tool for doing evaluation.** Current Sociology, 40 (1), 1992. p.121 – 137.

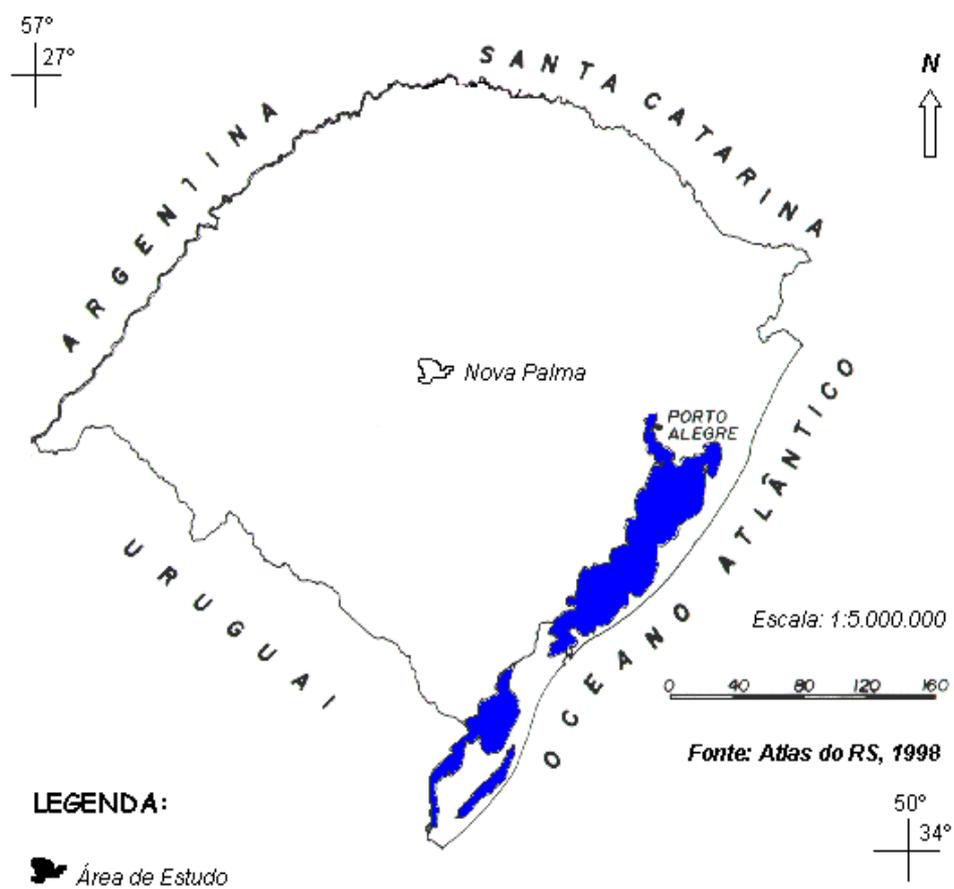
YIN, R. K. **Case study research: Design and methods.** Newbury Park, CA: Sage Publications. 1989.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. **Cooperação agrícola: melhoria econômica ou novo projeto de vida?** Passo Fundo: Berthier, 1992. 136p.

WAUTIER, A. M. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas.** Ijuí: UNIJUI, 2001. 152p.

ANEXOS

ANEXO B - Localização geográfica da área de estudo



ORGANIZAÇÃO:

SPANEVELLO, R

DATA:

- JANEIRO/2003

DES. TÉCNICO

- LOHMANN, M

ANEXO C - Afirmações surgidas a partir das entrevistas a informantes qualificados, com a numeração utilizada nas tarjetas.

1. Apesar de que o governo ajuda é difícil que os agricultores trabalhem juntos.
2. Pensei em associar-me, mas não estou certo que necessito.
3. Nunca pensei em me associar com alguém.
4. Não é pela distância que não nos juntamos para trabalhar em associações.
5. Não dá para formar associação, pois não temos certeza que o produto vai ter mercado e preço.
6. Há muita reunião para a organização de uma associação. Além disso, leva mais tempo fazer as coisas juntos que sozinho.
7. A Cooperativa é forte no município, ela faz muitas coisas que a associação faria então a associação é dispensável.
8. O associativismo não dá certo.
9. Se demonstrarmos que trabalhando juntos ganhamos dinheiro, os agricultores participariam nas associações.
10. As associações não podem solucionar todos os problemas.
11. Para que ocorra o associativismo há necessidade de mais apoio das entidades; sozinhos não podemos.

12. Na associação é necessário dividir as coisas com os outros, e as decisões são de todos, por isso não me associo já que perco independência.

13. O individualismo de cada pessoa impede o processo associativo.

14. Se os objetivos são claros, as associações solucionam muitos problemas.

15. Juntos podemos fazer coisas, separados não teremos futuro.

16. Quem tem que organizar as coisas é o governo; não depende de nós.

17. O problema não é o individualismo, falta quem nos ajude a agrupar-nos.

18. Mesmo que fosse possível aumentar os preços dos produtos, ainda assim não estou seguro que as associações valham a pena.

19. Se há outros interessados poderíamos associar-nos, já que necessitamos.

20. Independentemente do cultivo, as associações beneficiam o agricultor.

21. A diversidade de produtos cultivados dificulta a formação de uma associação.

22. As associações não fracassaram, são as pessoas que não se adaptam a esta forma de trabalho.
23. Sempre pensei em me associar para produzir melhor e ter amigos.
24. As associações deveriam interagir com a cooperativa, fazendo o que a cooperativa não pode fazer.
25. No grupo de associados não há um entendimento entre si. Além disso, sempre há conflitos político partidários.
26. As associações trabalham bem, mas não é suficiente já que o problema é a falta de rentabilidade do que produzimos.
27. A associação não é viável pela distância com os demais componentes.
28. Outras associações que se formaram fracassaram; para que formar uma associação agora.
29. Já me associei, mas depois que consegui o que eu queria, cai fora.
30. Para que formar associação se nunca necessitamos.
31. Alguns dos associados sempre irão tirar maior proveito que outros. Em uma associação a diretoria desvia dinheiro ou tem outros benefícios.
32. As associações possuem má fama, mas é um exagero dizer que não servem.